

**ATA N.º 02/XIII/2024**

**Reunião Pública de 24/01/2024**

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Carlos Edgar Rodrigues Sá Albino e com a presença dos Srs. Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, Luís Manuel Miranda Amieiro, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Peçaço e João Miguel da Silva Romba.

De notar a ausência do Sr. Vereador Rui Manuel Marques Garcia, por motivo de saúde, tendo sido considerada justificada a respetiva falta.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA MOITA E A ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS DE PROTEÇÃO ANIMAL DESIGNADA POR BOBI & FLOR ..... 21
2. ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO CLASM ..... 23
3. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO TORNEIO ATLETISMOITA 2022/2023 ..... 23
4. RENOVAÇÃO DOS PROTOCOLOS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL INTEGRADO DA MOITA - 1º SEMESTRE DE 2024 ..... 25

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. José Ferreira – Disse que “eu moro por cima da Barra Cheia e, há coisa de dois meses, foi-nos colocado, mais ou menos a cinquenta/cem metros da minha casa, uma matilha de cães, acho que são cerca de setenta, mas parece que são mais e é um barulho ensurdecedor, ninguém consegue abrir portas e ninguém consegue sair à rua se me derem dois minutos eu mostro um vídeo ...”

O Sr. Presidente solicitou ao Sr. José Ferreira que fizesse a descrição, como acha-se melhor, uma vez que não está previsto a passagem de vídeos ou áudios na reunião, acrescentando que, se o munícipe pretendesse poderia enviar para os serviços da Câmara que, depois, poderão remeter, o ficheiro áudio, para todos os vereadores, sem exceção, portanto, estamos disponíveis, até no final da reunião, se for necessário a colaboração dos nosso serviços, para retirar o ficheiro áudio, mas no espaço desta reunião não é possível.

Sr. José Ferreira – Continuou dizendo “que era só para terem a noção do barulho que é feito, uma vez, que ali à volta há, para aí, umas vinte casas onde vivem pessoas com idade já avançada, há muitas crianças, portanto, a minha questão é o que é que a Câmara pensa fazer porque segundo um ofício que recebemos da GNR, aquilo não está legalizado, não está autorizado pela Câmara e o que nós queremos saber é o que é que a Câmara vai fazer para acabar com aquele barulho infernal que não nos deixa viver em paz.

Já entregámos uma carta dirigida ao Sr. Presidente, mas, ainda, não recebemos resposta, no entanto, está entregue e além disso já enviámos e-mails e já fizemos todas as diligências para saber o que é que a Câmara pensa fazer sobre este assunto.”

Sra. Rosa Paula Marques – Disse que “em primeiro lugar, eu não vinha falar disto, mas já que fui confrontada com esta situação, lá fora, gostava de saber por que razão é que eu tenho de me identificar com o meu cartão do cidadão, com uma carta de condução ou com um passaporte para fazer uma intervenção numa Câmara porque podem dar-me todas as justificações que quiserem, para mim, nenhuma é plausível. Qualquer dia não sei o que é que me vão pedir mais, se têm um contacto telefónico, se têm um email, se têm o nome e se até hoje nunca me contactaram para nada das intervenções que eu fiz aqui através desses meus contactos, precisam do meu cartão do cidadão, carta de condução ou passaporte para quê e porquê? Não era uma coisa que eu viesse, aqui, expor, mas, de qualquer das maneiras, já que fui confrontada com isso e tive que ser identificada porque ao colocar o número, tive de mostrar o meu cartão de cidadão à funcionária, que está a fazer o trabalho dela, evidentemente, portanto, quero saber a razão porque a que me disseram eu não acho que seja nada, nada plausível, acho que não tenho que me identificar, com um cartão de cidadão, numa ficha de inscrição para fazer uma intervenção na Câmara, não consigo entender o porquê.

Entretanto, o que me traz cá hoje é que, é notícia de jornais e telejornais o aumento da taxa de subsolo, ou seja, o TOS que é do gás natural, eu andei à procura do Regulamento dessa taxa e não encontrei, não estou a dizer que não existe, mas eu não o encontrei porque andei à procura para ver qual era o valor que estava definido e não consegui encontrar, portanto, não sei qual é o valor, mas gostava de saber visto ser notícia que o gás vai sofrer aumento derivado às Câmaras irem aumentar essa taxa, eu queria saber o que é que a Câmara da Moita vai fazer porque há nove municípios que decidiram baixar o valor cobrado, entre eles, o Cartaxo, uma Autarquia que nos últimos dois anos destacou-se nesta cobrança, em particular, temos Beja, Trofa e Covilhã que devido a acertos de anos anteriores, deixaram de cobrar em 2024 o TOS, Esposende vai devolver dezassete centimos/mensais no consumo típico de um casal, de 150 Kw/mês, portanto, gostava de saber o que é que a nossa Câmara está a pensar fazer, se vai deixar de cobrar o TOS, se vai baixar ou levantar esta taxa e com isso irá aumentar o gás natural às pessoas que o utilizam.”

6  
10

Sr. João Alves Pires – Disse que “o que me traz aqui, hoje, está relacionado com a comunidade cigana, que reside, atualmente, no Bairro Novo do Pinhal da Areia e venho após ter apresentado queixa, na GNR, por danos causados na minha propriedade, portanto, esse processo irá decorrer, no qual eu sou queixoso, no entanto, tenho observado que aquela comunidade, ao princípio, ocupava uma determinada zona, no Pinhal da Areia, depois mudou-se e esteve num terreno situado ao lado do equipamento de captação de água da Câmara Municipal, e também dentro desse equipamento, chegaram a lá estar várias tendas e muitas carroças. Observa-se agora que não há, absolutamente, nada dentro da propriedade da Câmara o que eu acho que há ali qualquer coisa incompreensível porque, os ciganos não estão muito habituados a cumprir normas, mas agora, ali, estão a respeitar, escrupulosamente, aquele espaço, mas isso não me impede de perguntar, ao Sr. Presidente, se não existe um regulamento, no nosso Concelho, que obrigue as comunidades itinerantes a fazerem um pedido na Câmara Municipal para poderem fazer o poisoio durante algum tempo, nas voltas que fazem, nos itinerários, visto que prossuponho que a maior parte deles tenham um comportamento, mais ou menos, nómada pelo menos nalguns meses do ano vão a um lado, ao outro e isso resulta das antigas feiras, quando eles iam vender os animais.

Aqui, no Pinhal da Areia, eles estão a ocupar uma propriedade, não sei se legal ou ilegalmente, mas existem questões de salubridade, de higiene, há questões que podem dar-lhes mais condições e terem da parte dos poderes públicos algum cuidado como forma de impedir que haja focos de doenças, não só para as pessoas em causa, mas para os habitantes locais, portanto, há aqui duas perplexidades que eu tenho, uma é, porque é que eles estão com o comportamento muito bom relativamente ao espaço da Câmara? Será que houve alguma intervenção que os disciplinasse e, também, saber quais são as ferramentas que esta Câmara tem visto que eu sei que existem várias Câmaras que têm Regulamentos deste aspeto, não sei a Lei Base é comum a todos os municípios, se pressupõe que alguns possam ter alguma flexibilidade aplicando a Lei com critérios vários, essa é a questão principal.

Não venho, aqui, fazer política, não tenho nenhuma intenção de prejudicar as pessoas, até porque dirigi-me, antes de ter apresentado queixa, por três vezes, fui falar, pessoalmente, com quem dirige aquela comunidade, o Senhor nunca quis dizer o nome dele, mas reconhecia-se como sendo a pessoa que orientava aquele grupo de pessoas, e chamei-o à atenção para não pôr os animais na minha propriedade, não me rebentar a rede, não me deitar abaixo os pilares da vedação, e foi por três vezes, como se costuma dizer “há terceira é de vez” e por isso tem que ir mesmo para a justiça.

Também, queria chamar a atenção do Sr. Presidente para o Pinhal da Areia, não sendo extensível a todo o bairro porque já repararam lá algumas coisas, mas na Rua Marquês de Pombal existe um buraco com mais de meio metro de abatimento, está mesmo no meio da estrada e a maior parte das pessoas que por ali passam, à mínima distração, o carro bate por baixo, ora, a Câmara Municipal é responsável por algum tipo de estragos nas viaturas, nestas situações. Será que passando, por lá, tantos carros da Câmara, todos os dias, pelo menos passa o carro do lixo, será que estas pessoas não batem lá com as viaturas da Câmara? Será que é tão difícil reportar uma coisa com uma visibilidade daquelas? É que qualquer pessoa vê e não tem cabimento.

Sr. João Henriques – Disse “Sr. Presidente, eu venho aqui, mais uma vez, porque gostava que o Senhor me esclarecesse, se souber, quando é que está previsto o início das obras da canalização da Fonte da Prata porque, pelo que sei, estava previsto começar em dezembro e estamos quase no final de janeiro e, até à data, não vejo nada que ande para a frente. O Senhor mandou colocar um placard na Fonte da Prata e as pessoas como sabem que eu venho às reuniões de Câmara, questionam-me quando é que está previsto, sendo que eu respondo que se quiserem saber, terão que vir à Câmara para que lhes expliquem.”

Sr. Eduardo Rocha – Disse que “a minha primeira questão, a Sra. Rosa Paula Marques já referiu e eu, por acaso, também, estranhei porque tive que me identificar, aliás, tive que preencher, como é norma,

o documento para poder tomar a palavra nesta reunião de Câmara, o que achei estranho foi, depois, exigirem-me o cartão do cidadão para certificar que o número estava correto, portanto, parte-se do princípio que o cidadão que vem aqui, vem com maldade, acho que estando lá o número do telemóvel, o e-mail e ainda por cima, isto sendo uma reunião que é gravada áudio e imagem, mesmo que eu tivesse rasurado ou “aldrabado”, desculpem a expressão, o número do documento, penso que, para todos os efeitos, haviam provas, mais que evidentes, para identificar que a pessoa que tinha feito a intervenção tinha sido o Eduardo Rocha.

Passando à frente, tenho três ou quatro questões, nomeadamente, a primeira é sugerir que fosse colocado um vidrão na zona do Centro Náutico, atendendo a que há ali uma série de estabelecimentos e moradores e não existe nenhum vidrão naquela zona, ou seja, o mais próximo fica nas traseiras do edifício da Câmara, penso que em tempos já houve um ao pé do Centro Náutico, mas nunca mais foi reposto.

A outra questão que, também, queria falar, inclusivamente, participei-a através da aplicação da Câmara Municipal “Moita + Próxima”, é acerca de um lixo composto por caixas de cartão, junto à Casa Mortuária, supostamente, atendendo à característica das caixas de cartão dá-me a sensação de ser da loja do chinês que se situa ali próxima, uma vez, em que participei, aquilo estava mesmo “atafufado” e as pessoas tinham que passar pela estrada porque não havia outra hipótese, depois, telefonaram-me da Câmara e, realmente, o problema ficou solucionado, pelo menos durante aquela semana, mas, por várias vezes, continuam a colocar, lá, as caixas de cartão, é que nem as abrem, as caixas estão inteiras e as pessoas são obrigadas a passar pela estrada.

Queria levantar outra questão que é a seguinte, no Largo do Capitão Mor, frente à Rua do Rosário, estão umas laranjeiras, tal como existe no Bairro da Caixa, junto à Escola Primária, não sei se haverá mais sítios, mas pelo menos estes dois são os que eu vejo com mais frequência, ora, as laranjeiras que lá se encontram, são bravas, dão laranjas azedas e o que é que acontece, ninguém colhe aquelas laranjas, se fossem laranjeiras normais, se calhar, não havia tanta laranja e tanta imundice no chão. Eu sei que vem de trás, não é deste Executivo, nem dos últimos anos, isto já tem muitos anos, fica bonito, eu gosto de ver, mas como são laranjas bravas, ninguém as colhe e ninguém as aproveita, caem para o chão, e se não passar lá o varredor, não é uma vez por dia mas sim várias vezes ao dia, e isto é se não houver vendaval, portanto, deixava a sugestão para que se fizesse um enxerto das árvores bravas para laranjeiras normais porque assim as pessoas sempre podiam colher, até podiam colher verdes, mas era menos uma que caía no chão.

Outra questão, junto ao Largo Capitão Mor, as laranjeiras estão circundadas por um murete feito em pedra de calçada, aquilo já se torna um bocado inestético, não acho graça nenhuma àquilo, se fosse derrubado e se metesse ao nível do chão, se calhar até dava para colocar lá um banco de jardim para alguém que se quisesse sentar e usufruir da sombra daquelas laranjeiras.

Outra questão que queria levantar era saber em relação à obra que está a ser desenvolvida, o trânsito está cortado, mas mora ali muita gente, eu acho que deveria lá estar um placar identificativo, pelo menos, para os residentes naquele local poderem ali passar com o carro porque, atualmente, não tem acontecido, mas já aconteceu logo na segunda semana da obra, uma pessoa que mora ali próximo queria descarregar as compras que fez no hipermercado para casa e nesse dia estava ali a GNR e não o deixou passar, a pessoa teve que deixar o carro estacionado na marginal e carregar as compras para casa, portanto, na minha opinião, deveria colocar-se um sinal a informar trânsito proibido, exceto a residentes. Ainda, relacionado com a obra, perguntar se o Sr. Presidente tem alguma coisa para dizer aos moradores daquela zona porque as chuvadas que existiram, pelo menos, a primeira, eu até filmei e tive o cuidado de o enviar para a Câmara, claro que, também, publiquei nas redes sociais, eu sei que não é o Executivo que anda lá abrir a vala e a ter que meter uma manilha, mas há pessoas que têm que ser responsáveis por isto porque fazer uma obra destas na altura em que supostamente deveria chover e depois, a chuva que aparece e a água que cai, meter as casas em risco porque aquela parte, onde estão aqueles dois estabelecimentos, o dos computadores e o barbeiro, naquele sítio a água já

estava a “minar” o terreno por baixo e tiveram que tirar o bocado de alcatrão que já estava no passeio, e penso que foram os serviços da Câmara que mandaram atulhar o local para não haver nenhuma derrocada, e perguntava se o Senhor Presidente tinha alguma coisa para dizer aos residentes daquela zona, em termos da obra se está parada ou não, se vai avançar ou não porque se houver algumas chuvadas bastante intensas, há pessoas ali que tiveram casas alagadas, no caso da Rua do Rosário, por exemplo, o Senhor Ricardo Conduto teve o armazém dele inundado com água do esgoto.”

Sr. José Santos – Disse “Sr. Presidente, mais uma vez venho falar sobre a situação na localidade que habito, foi-me dito que iria ser intervencionado, a intervenção que lá existiu foi passar uma retroescavadora e um bocado de *tout venant*, acho que isso não é solução.

Em relação ao veículo abandonado há mais de três anos, já fiz a reclamação à Câmara, até o próprio veículo já tem ervas a nascer, parecem alfaces, inclusive, na época de maior calor, existem lá abelhas ou vespas e picam as pessoas, portanto, eu acho que ainda pertença ao Concelho da Moita e pago contribuições para isso, para não falar da questão que, quando há algumas chuvas, temos esgoto a céu aberto numa rua que nem sequer tem esgoto, mas tenho que levar com os esgotos que vêm dos outros bairros e da rua de cima, acho que já é demais. Foi em outubro, salvo erro, que estive cá, fiz a intervenção e só a semana passada é que lá foram passar a retroescavadora e um bocado de *tout venant*, eu acho que é demais.”

Sr. Presidente – Disse que “relativamente ao pedido de intervenção do Sr. José Ferreira, e depois a Sra. Lídia prescindiu da sua intervenção por ser o mesmo assunto, ou seja, relativamente aos mais de cem cães que assinalou, que terá feito queixa à GNR e enviaram carta e e-mail para a Câmara Municipal dizer o seguinte, vou tentar perceber em que situação se encontra o e-mail que enviou, mas se a situação não está legal em primeiro lugar deveria ter sido levantado um auto, mas vamos mandar, ao local, a fiscalização e agir em conformidade com aquilo que disser o nosso Regulamento e aplicar as coimas que estiverem previstas assim como as medidas necessárias que a legislação prevê relativamente a esta matéria que acaba de descrever.

Então, se o Senhor está a dizer que os técnicos da Câmara Municipal já lá foram vou perguntar pelo andamento do processo, mas se a Câmara Municipal já lá foi é porque os nossos serviços tomaram nota da situação e foram ver, agora vou perguntar o ponto de situação por parte da fiscalização porque a pessoa pode já ter sido notificada ou algo do género, mas depois a pessoa tem que responder, portanto, deixe-me verificar, tenho aqui os seus contactos e depois nós faremos chegar a informação relativamente a esta matéria.

No que diz respeito às duas questões colocadas pela Sra. Rosa Paula Marques dizer que, relativamente ao cartão do cidadão é muito simples de explicar, ou seja, a Câmara Municipal trata todos os cidadãos de forma igual, independentemente de serem mais ou menos conhecidos, virem cá mais vezes, de alguns de nós até nos conhecermos de outras circunstâncias, independentemente disso, tratamos todos os cidadãos, que cá estão e que recebemos, de forma igual.

Aqui, nesta Câmara Municipal, as reuniões são públicas, não diz nada no nosso Regulamento que só possam intervir pessoas do Concelho da Moita ou cidadãos nacionais, as pessoas que recebemos são identificadas para que se preencha este documento e todos os elementos que aqui constam são necessários por isso faz todo o sentido que seja solicitada essa informação, e que depois seja verificada, são as normas da qualidade, é o serviço público estar a trabalhar corretamente.

Sra. Vereadora Sara Silva – Disse que “nós enquanto Município, e creio que todos os municípios se regem pelas mesmas condições, portanto, nós só cobramos as taxas que estão previstas serem cobradas. De facto, a indicação que temos da nossa área do urbanismo, é que só a Setgás paga a taxa pela abertura da vala em espaço público, é a indicação que temos da entidade reguladora dos serviços energéticos e por esse motivo, é aquilo que é obrigatório pagar, de acordo com esta entidade, e, portanto, é aquilo que estamos, neste momento, a cobrar.

Ainda em relação à identificação com os cartões de cidadão para intervir na reunião de Câmara, aquilo que o Sr. Presidente disse e que, também, queria referir que, de facto, o cartão de cidadão não serve mais do que para além de identificar a pessoa, não serve mais do que uma medida de segurança até porque nós já tivemos aqui algumas situações em que foi necessário intervir a GNR em atos anteriores e, portanto, isto serve precisamente para criar uma certa segurança a quem aqui vem e é por esse motivo que faz todo o sentido pedirem o cartão de cidadão."

Sr. Presidente – Disse que "sobre a questão elencada pelo Sr. Alves Pires que nos relata uma situação no Bairro Novo, no Pinhal da Areia, em primeiro lugar dizer-lhe que acredito que notem alguma diferença e algumas alterações relativamente à permanência, em acampamentos, das pessoas em espaço público porque a Câmara Municipal tem diligenciado com muita assertividade e de forma muito pronta para que não seja permitido acampamentos no nosso espaço público, temos criado, de certa forma, mecanismos dissuasores para que situações como essas não aconteçam, não prossigam, para regularizar, mesmo, esse tipo de situações, bem como ocupações de casas do Município.

Depois, existem aqui outras situações ao qual temos mais dificuldade em responder, serão sempre situações em que os cidadãos ocupam casas particulares, ou decidem acampar em terrenos privados, como disse e bem, aquele é um terreno privado, acredito que o que a Lei prevê, isto é apenas uma sugestão que aqui deixo, é que, de certa forma, aquelas pessoas têm autorização do proprietário para permanecer naquele espaço privado, as pessoas que lá estão, estão a danificar o seu espaço, talvez deva perguntar a um advogado se é possível intentar uma ação relativamente ao proprietário do terreno privado porque direta, ou indiretamente, a título gracioso, ou a título oneroso, ou seja, com ou sem pagamento de renda, são inquilinos, estão a usar aquele terreno e acredito que, certamente, o dono do terreno privado terá que se responsabilizar pelo tipo de atividade que permite que ocorra no seu terreno, naquilo que for da responsabilidade da Câmara Municipal, veremos se existe mais alguma forma, ou algum meio de direta, ou indiretamente dissuadir certo e determinado tipo de práticas que não contribuam para uma forma de estar entrepares, de forma urbana, até porque as pessoas que ali estão não têm acesso a um conjunto alargado de coisas que a sociedade civil, entre todos, trabalhamos para que todos possam ter, por isso, também, não é justo permitir que as pessoas permaneçam naquela situação.

Vamos trabalhar todos para criar mecanismos de dissuasão para que, atempadamente, as pessoas vão, de certa forma, sendo integradas na sociedade e estas práticas vão desaparecendo com o tempo porque ao frio e à chuva, acredito que exista quem assim o deseje mas o que não faltarão são espaços próprios para esse efeito como parques de campismo e recintos próprios onde esteja previsto esse tipo de acampamentos e aquele recinto não é próprio até porque nos recintos improvisados, ou nos espaços previstos para acampamento tem-se acesso a água, luz, casas de banho e aquele local não garante as condições mínimas de salubridade, por isso, e volto a reiterar, é consultar um advogado. Da nossa parte faremos aquilo que tiver ao nosso alcance, como temos feito até agora, para dissuadir tais práticas e prova é que deixaram de acampar nos terrenos municipais, nos terrenos públicos e foram procurar um terreno particular, o que depois nos cria mais dificuldades, mas se houver algo da nossa parte que possamos fazer, assim o faremos, como temos feito noutras situações.

Sr. João Henriques, relativamente à questão da Fonte da Prata e ao placar que lá colocámos, e bem, assim que aprovámos o financiamento e assim que tivemos, em reunião de Câmara, aprovado o lançamento da empreitada, decidimos comunicar à população que o trabalho iria ser desenvolvido, ou seja, já tínhamos a fonte de financiamento, ou seja, o financiamento é próprio da dotação orçamental da Câmara, não é através de empréstimo, é com fundos próprios e assim garantimos na rubrica a verba necessária, já tínhamos o projeto e condições de o lançar, por isso, resolvemos comunicar à população, mas o que é certo é que, depois, as questões processuais nem sempre decorrem com a celeridade que todos nós gostaríamos e a empresa só há pouco tempo é que entregou os documentos de habilitação e assinou o contrato com a Câmara, ou seja, existem plataformas que, antigamente, era a Safety, agora

é outra, mas decorre do facto dessa empresa ter sido comprada por outra e existe essa migração, mas é uma plataforma de contratação pública e é nessa plataforma, que desenvolvemos os procedimentos para serem todos claros e transparentes, que as empresas que concorrem submetem toda a documentação necessária e é aí que a Câmara Municipal e neste caso, o seu representante, uma vez estando aprovado, assina o contrato com a empresa, portanto, este foi, prontamente, assinado e a empresa diz que estará em condições de avançar com a obra no início de fevereiro, por isso, esta é toda a informação que temos para dar relativamente a esta matéria.

Vamos ter em boa nota e acreditar, neste caso, na informação que nos é dada pela empresa e vamos acompanhar e estar atentos como estamos em todas as obras, como estamos em todas as empreitadas, de forma vigilante e atenta para que elas decorram com o mínimo de impacto para a população porque todos sabemos que as obras são necessárias, quando elas ocorrem dão todas muito trabalho, quando elas acabam ficamos todos muito contentes, por isso, estamos desejosos de começar a obra, que o período da mesma seja o mais curto possível, para que possamos, depois, celebrar o seu término, se alguma coisa se alterar, também, comunicamos, mas, da nossa parte, está tudo feito, só não podemos fazer a obra pela empresa que ganhou o concurso.

Respondendo ao Sr. Eduardo Rocha que colocou aqui uma série de questões, vou deixar a questão do vidro e do lixo das caixas de cartão para a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Sara responder, deixando só a nota que está previsto no nosso Regulamento relativamente às caixas que, quando não se cumpre o acondicionamento das caixas ou do lixo e se obstaculiza, ou se impede a passagem, estão previstas medidas, mas, também, é preciso que hajam testemunhas, a menos que a Câmara Municipal coloque lá um fiscal, de plantão, mas há muitos comerciantes que têm boas práticas, há alguns comerciantes que têm más práticas e não é só na Vila da Moita, é pelo Concelho todo. Há uns que têm boas práticas e que saudamos, há dois ou três, metaforicamente, que têm uma forma de estar um pouco diferente que não respeitam o espaço público e esses poucos criam muito impacto, mas depois de uma ação de sensibilização que quando não resulta passa a uma coima, as pessoas percebem que não podem continuar com tais práticas, portanto, tentamos sempre, numa primeira vez, sensibilizar que eu penso que é a forma correta de se estar, não é, como costume dizer “ir logo à caça da multa”, por isso, tentamos sempre primeiro a ação de sensibilização e formação da pessoa, por bem, se porventura não resultar, por norma, utilizamos os meios que temos disponíveis.

Relativamente às laranjeira bravas, falou-se aqui em enxerto, eu não sou engenheiro agrónomo nem tenho nada ligado à botânica, já pedimos soluções aos serviços por causa das laranjeiras que estão plantadas um pouco por todo o Concelho, sou da mesma opinião que o cidadão Eduardo Rocha, nunca conversámos sobre esta matéria, mas partilhamos a mesma opinião e, se for possível, assim será feito por duas razões, a primeira porque acredito que as pessoas passarão a apanhar o fruto, por outro porque é um desperdício havendo tantas carências ter-se uma árvore que dá fruto e que o mesmo não é comestível, portanto, havendo árvores de fruto no espaço público, ao menos que seja comestível porque sempre que alguém passe, e queira, pode apanhar o fruto e levar, dessa forma, serão menos as que irão cair para o chão e serão aproveitadas de alguma forma, é que agora, da forma como estão não são aproveitadas para coisa nenhuma.

Relativamente à solução arquitetónica, o nome técnico é caldeira, as caldeiras das árvores, é uma questão também a avaliarmos, só quero deixar nota de uma coisa, quando as caldeiras estão feitas daquela forma as raízes, também, acabam por ficar com aquele enquadramento, por isso, se tirarmos as caldeiras não vamos imaginar que o plano fique ao nível térreo do tronco da árvore com o chão, haverá, ali, um sistema de raízes que estará a acompanhar a caldeira, por isso, o que acontece, às vezes, é tirar-se a caldeira e fica-se com o formato da raiz, por isso, é uma questão que temos que avaliar com calma, foram soluções adotadas com uma determinada visão do tecido urbano, que à data que foram feitas, faziam todo o sentido, isso é como o mobiliário que, às vezes, temos nas nossas casas ou no nosso espaço público, e depois, ao fim de alguns anos, já com uma visão mais atual, ou moderna, por assim dizer, da leitura que fazemos do espaço público, resolvemos e bem considerar outras opções,

umas são mais fáceis de mudar que outras, eu só queria lembrar esta questão que não sendo despiciente, ou seja, não está fora de cogitação, mas lembrar que pode suceder uma situação destas e isto é válido para todos os locais, para todas as árvores, depende do sistema de raízes.

Relativamente à questão da Rua de São Sebastião e às obras que estão a decorrer, aquela é uma obra que tinha que ser feita o mais rapidamente possível, assim dizia o estudo que tínhamos do LNEC porque, verdade seja dita, houve um abatimento inicial que tentou-se corrigir, não se conseguiu e fez-se o pedido de estudo ao LNEC, e viu-se que a extensão dos danos, até pela idade da rede de esgotos, era necessário substituir toda aquela rede, não fizemos aquilo porque nos apeteceu fazer, é porque era mesmo necessário, sendo um eixo de circulação principal no Concelho da Moita, nós sabemos o impacto negativo que tem para a população, mas estamos a fazê-lo porque existe um interesse imperioso que se sobrepõe a todos os outros, e se aquilo abatesse de forma extemporânea, ou seja, não programada, se não fossem feitos aqueles trabalhos e um dia destes fosse um carro, ou autocarro a passar e aquilo, pura e simplesmente, abatesse e alguém se aleijasse, nós tendo conhecimento do estado em que aquilo está, a responsabilidade civil primeira era para a Câmara e o responsável da mesma que, neste caso, seria eu próprio, por isso, era imperioso fazer aquela obra. Não queríamos nenhuma notícia, como já aconteceu em outras câmaras, ou que por falta de intervenção que caiu um muro e teve os impactos que teve nas pessoas sobre as quais o muro caiu, ou que houve um abatimento de terras, portanto, não queremos ser notícia pelos piores motivos, por isso, havia urgência, a partir do momento em que tivemos aquela informação, os nossos serviços de engenharia passaram a monitorizar aquele local, em permanência, íamos perguntando e vendo até quando é que aquilo aguentava, no limite, se a obra não avançasse, atempadamente, o que iríamos fazer era vedar o espaço, à mesma, para garantir a segurança, porque a segurança das pessoas e bens são a nossa máxima prioridade e é aquilo pelo qual nós temos todos que zelar.

Lançámos o concurso público urgente para que a obra avançasse, houve só uma empresa que concorreu, o concurso tinha um prazo de dez dias, um prazo muito curto, como a Lei assim o prevê para situações destas, lançámos e agora estamos a ver o que é possível fazer para que a obra aconteça com toda a desenvoltura e dentro da normalidade, tendo, nós, consciência que o valor que a empresa deu é um pouco abaixo do preço base, o que para a Câmara financeiramente é positivo, mas o que queremos, acima de tudo, é que a obra se faça e quando lançámos a obra tínhamos o dinheiro do preço base para lançar a obra porque a Câmara quando lança uma obra não está a prever que queira poupar, quer é que a obra se faça e o dinheiro estava lá todo previsto. A empresa lançou o valor um pouco abaixo do preço base, agora terá que conviver com essa situação se, em algum momento, mudar de opinião, vamos ter que avançar de outra forma.

Uma coisa eu quero deixar-vos garantida, é que não iremos permitir que a situação se arraste da mesma forma que se arrastou a do Centro de Saúde, por isso, ou a empresa que ganhou a empreitada desenvolve a mesma nos tempos previstos e preconizados, ou então utilizaremos todos os meios, à nossa disposição, para obrigar que assim seja, se não for, existem outras instâncias, as quais podemos recorrer para dirimir as diferenças de opinião entre a entidade pública e a entidade privada, por isso, todos os dias estamos a acompanhar e o nosso desejo é que acima de tudo a obra se faça e tenha que ser feita o quanto antes.

Relativamente às questões de segurança, a entidade que está a fazer a obra é da nossa responsabilidade fiscalizar e acompanhar, é responsabilidade da entidade garantir que cumpre e garante as condições de segurança e contratualizadas, neste caso, a entidade que ganhou a obra tem um seguro de responsabilidade civil, se alguma coisa acontecer à obra, como aconteceu na Avenida 1º de Maio quando a estrada estava em obras e estava esburacada e houve dois ou três pneus que rebentaram, foi ativado o seguro de responsabilidade civil da empresa que estava a fazer a obra e aqui a situação é igual se, em algum momento, acontecer alguma coisa nas casas envolventes ou no espaço público envolvente, é ativado o seguro de responsabilidade civil da empresa, é feita a notificação para se ativar o mesmo que é para isso que as empresas têm seguro e são obrigadas a submetê-los junto

com os restantes documentos, portanto, esse é uma das peças do procedimento e um dos documentos necessários para a habilitação das empresas, esta empresa entregou um seguro válido e por isso pôde começar a desenvolver a obra.

Relativamente à questão que o Sr. João Santos colocou relativamente à Broega, são muitos os caminhos que não estão pavimentados e há caminhos rurais que, pela sua própria natureza, não é possível asfaltar o Concelho inteiro, ou seja, impermeabilizar todas as estradas, mas é necessário manter esses caminhos rurais. Temos estado a comprar cada vez mais meios, mais equipamentos e com esses equipamentos e com os funcionários que temos estado a contratar queremos aumentar a nossa capacidade de resposta, ou seja, esperamos ir, mais vezes, a estas e a outras ruas arranjar aquilo que for necessário.

Quanto à questão que colocou e que me chamou a atenção, nomeadamente, sobre os esgotos a correrem pela via pública, vou pedir aos serviços que verifiquem o que se passa porque há aqui duas questões práticas, se não existe rede de esgotos, as casas têm, obrigatoriamente, que ter fossa e se têm fossa, os esgotos não podem andar pela via pública, por isso, tem que se detetar a origem destes esgotos e ver quem é que não está a cumprir e agir em conformidade, portanto, se quiser acrescentar alguma informação que considere ser necessário, temos aqui os serviços da Câmara, mesmo terminado o Período do Público e todas as intervenções, posso dar indicação para que seja recebido e acrescente a informação que considere necessária para ir lá a fiscalização ver o que está a acontecer, no entanto, esta situação não é normal, nem pode acontecer, por isso, se isto acontece é porque alguma coisa não está correta, por isso, vamos verificar e avaliar o que se trata e agir em conformidade. Relativamente ao carro abandonado, também, vou tomar nota da situação, indicou que já reportou a situação, o que eu lhe posso dizer é para remeter aos nossos serviços, uma vez, que indica que o carro está abandonado há três anos, não sei se reportou há três anos ou mais recentemente, por isso, vamos avaliar e dar a indicação para que o carro seja removido de forma mais breve possível e isso é válido para este ou para outros carros, a Câmara, tem um armazém, recolhe, os carros são vendidos em hasta pública para que haja espaço para se recolherem mais carros abandonados na via pública, este é um trabalho permanente, é um trabalho constante e é um trabalho programado.”

Seguidamente o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores para puderem responder às questões colocadas.

Sra. Vereadora Sara Silva – Disse que “sobre a questão que o Sr. Eduardo colocou, dizer que na zona do Centro Náutico, onde diz que não existe um vidrão para os estabelecimentos, contudo, ainda que eu tenha conhecimento, nunca nos chegou esta falta, garantidamente iremos dar indicação aos serviços para que avaliem esta necessidade de colocarmos, lá, um ecoponto ou então pedir à Amarsul que o coloque porque é da responsabilidade da Amarsul a recolha destes resíduos.

Quanto às caixas de cartão junto à casa mortuária, também, estes são ecopontos da responsabilidade da Amarsul, contudo, nas reuniões que fazemos com regularidade, também, já identificámos o proprietário deste estabelecimento que, de facto, não tem tido o devido cuidado com as caixas de cartão que deposita e fá-lo, inclusivamente, na via pública, pelo menos quando tivemos conhecimento e verificámos porque fomos lá verificar, não tem o cuidado de acondicionar as caixas devidamente, portanto, a primeira ação que tivemos foi, de imediato, contactarmos a Amarsul e preparamos uma ação de sensibilização e uma identificação, posterior, em caso de incumprimento e, de facto, pedimos o reforço do contentor para o cartão porque pode assim a Amarsul por lá passar duas vezes por dia, logo a seguir vai lá estar mais um contentor cheio e aquilo é uma produção de lixo desmedido e, portanto, a pessoa está identificada, irá ser alvo de um futuro contacto quer pela Amarsul, quer pelos nossos serviços no sentido de, primeiro sensibilizar antes de partirmos para qualquer ação mais corretiva e, também, há necessidade porque as pessoas que moram perto, obviamente, que não têm

que levar com aquela lixeira e partilho, também, que a Amarsul fará uma recolha mais regular e estará mais atenta a esta situação.

Depois, dizer-vos, também que, muito possivelmente, outras ações terão de ser aplicadas quer naquele sítio, quer em sítios em que nós identificamos como os mais críticos, inclusive, há determinadas zonas com comércio onde já aplicámos a recolha do vidro, porta a porta, evitando assim que aquela quantidade de vidro que possa ser depositada nos contentores se evitem e a Amarsul faz essa recolha, porta a porta, em contentores individuais e, portanto, já estamos a dar um passo mais além para prevenir que a via pública tenha lixo acumulado, desta natureza.

Relativamente ao assunto do Sr. José Santos, que nos identificou uma viatura que estaria em estacionamento abusivo há mais de três anos, dizer que estamos a atuar neste sentido, obviamente, que uma situação de estacionamento abusivo impõe-se que cumpra determinadas condições, uma delas que esteja há mais de seis meses nestas condições e, para além disso, também, com as forças de segurança, teremos que averiguar, e isto tem um prazo para o fazermos porque é necessário perceber se é algum veículo que possa estar apreendido, contudo, em 2023 ainda recolhemos algumas dezenas de viaturas que foram consideradas em estacionamento abusivo, portanto, estamos atentos a estas situações, e iremos fazê-lo, também, ao longo deste ano, de 2024, onde está prevista a continuação destas ações que é, de facto, uma preocupação nossa e, também, uma preocupação dos munícipes que nos vão reportando e estaremos atentos com certeza."

Sr. Vereador João Romba – Disse que "não é para intervir sobre todas as questões colocadas pelos munícipes, naturalmente, que são sempre questões importantes para virem a estas reuniões para se resolver, mais ou menos, depressa consoante as questões que foram colocadas, mas referir aqui duas que, aqui, foram apresentadas.

Sobre as questões, colocadas pelo munícipe, acerca do Pinhal da Areia, vou referir uma questão que é importante, que no passado se falava e agora no presente também se fala, ou seja, todo e qualquer regulamento municipal é realizado de acordo com as disposições legais existentes no País e, portanto, são adequados às Leis do País e não se sobrepõe a elas e, portanto, é verdade que para os acampamentos ocasionais, como é verdade para os animais que circulam na via pública e, portanto, há leis adequadas para isso, dizíamos no passado e dizemos no presente e, achamos que os regulamentos municipais são, de todo, importantes, mas não se sobrepõe a nenhuma lei portuguesa e percebemos, perfeitamente, as justificações dadas, hoje em dia, porque são justificações que também ouvíamos no passado e acreditamos que são verdade.

Digo isto porque os acampamentos ocasionais fora dos locais adequados requerem licenciamento camarário, acredito, e sei, que é verdade que não há licenciamento camarário para o efeito, é verdade hoje como era no passado e, portanto, aquilo que existe do ponto de vista de regulamentos, ou do ponto de vista das disposições legais está "à mão de todos", é uma questão de outro tipo de intervenção que, garantidamente, não se sobrepõe às leis portuguesas.

Sobre a taxa de ocupação de subsolo percebo, perfeitamente, a justificação dada pela Sra. Vice-Presidente, de facto, a Setgás o que paga é a taxa de licenciamento para abertura de vala, portanto, é uma obra feita pelo Município e paga, também, a taxa de ocupação, do subsolo, do espaço público porque a lei portuguesa prevê que isso aconteça, somos contra porque aquilo que acontece é que não há outra taxa de ocupação de subsolo que seja repercutida na fatura do consumidor, aprovámos à pouco tempo, quando foi o Orçamento da Câmara, a taxa municipal que define os direitos de passagem, portanto, é uma taxa perfeitamente idêntica, não é ocupação de subsolo mas é a mesma coisa, a taxa de direito de passagem é, a passagem no solo do Concelho, o que acontece é que a lei portuguesa prevê que estas taxas seja repercutidas no consumidor.

No mandato 2013/2017, isto era um assunto que estava muito em cima da mesa e, portanto, em várias reuniões de Câmara e várias Sessões da Assembleia Municipal isto foi colocado pelos munícipes, e muito bem e, também, pelos eleitos, na altura, tendo sido feitas várias diligências, junto da Setgás,

junto de entidade reguladora e a resposta era sempre a mesma, a lei obriga a repercutir os custos, desta taxa, nos consumidores e a taxa é definida pelas câmaras municipais, é verdade, mas nós não concordamos.

Não sei precisar a data do Orçamento de Estado, mas talvez em 2015 ou 2016 foi incluído um artigo no Orçamento de Estado que dizia que deixava de ser possível repercutir as taxas de ocupação de subsolo nos consumidores mediante a aprovação de uma Portaria, que até hoje ainda estamos à espera, ou seja, essa Portaria não saiu e, ainda, é possível repercutir estas taxas no consumidor, isto para dizer que, acho que este é um assunto que deve voltar sempre a ser “posto em cima da mesa” e que devemos nós, os eleitos no Concelho da Moita, fazer esforços conjuntos, entre forças políticas, para que isto, efetivamente, seja uma realidade e deixe de se repercutir nos consumidores porque achamos que é uma taxa injusta, é uma taxa que deve ser responsabilidade das empresas, deve ser custo associado às empresas e não aos consumidores, tal e qual como o custo de uma esplanada que cobramos ao comércio local, é precisamente a mesma coisa que deve acontecer porque são custos do comércio local, e esta taxa deve ser custo das empresas e a cobram.”

Sr. Vereador Ivo Pedação – Disse que “nesta minha intervenção gostaria de começar por deixar a minha solidariedade com todos os agentes da PSP e com todos os guardas da GNR que estão desde o início do ano a manifestarem-se em frente à Assembleia da República pelos seus direitos que é a igualdade com outras autoridades.

Sr. Presidente, quero mencionar que a Rua Classe do Operário, na Moita, encontra-se sem luz há três dias, já foi comunicado à E-Redes, mas nada foi feito.

Em seguida, falando, um pouco, sobre algumas intervenções que, aqui, foram feitas pelos cidadãos da Moita, dizer que em relação ao problema que o Sr. João Pires nos colocou, de facto, pelo menos ao fim de semana, eu costumo passar naquela zona, mais para dentro do Bairro Novo e, infelizmente, o nosso Regulamento, que foi votado e aprovado em reunião de Câmara, já neste mandato, não se tem vindo a aplicar porque, posso mencionar, o Regulamento da Permanência e Trânsito de Animais, diz que os animais devem estar em espaços fechados e posso ler uma parte do Regulamento, no seu art.º 7.º em que diz «é proibido ter animais ao ar livre em locais de domínio privado sem os correspondentes meios necessários para evitar a saída dos mesmos para a via pública, ou espaços públicos ou privados colocando em causa a segurança das pessoas e bens», neste caso, como se vê, não está a ser aplicado porque eu passo lá e vejo muitos animais à solta e continuamos na mesma situação.

Em relação aos acampamentos, de facto, como mencionou o Sr. Vereador João Romba, falta esta parte do Regulamento de Acampamentos, mas, também, falta um local onde possamos receber, apropriadamente, estes acampamentos ocasionais, aqui no Concelho da Moita, que eu conheça e conheço bem o Concelho, não vejo nenhum sítio. Existe um espaço, que penso, que tenha sido a União de Freguesias do Gaio Rosário e Sarilhos Pequenos que disponibilizou, junto à praia para autocaravanas, mas, também, não tem eletricidade, nem água e deveria ter.

Sobre o exposto pelo Sr. Eduardo Rocha, quero mencionar, em relação às laranjeiras, que, de facto, é uma árvore muito bonita e penso que faz falta a manutenção das mesmas porque eu estive em Espanha, uma vez e até tirei fotografias porque haviam laranjeiras num largo mas eram podadas duma maneira, que apesar de não saber o termo técnico, a sua ramagem não crescia muito e, esteticamente, ficava bonito porque conseguia ver-se o fruto e as ramagens não eram muito grandes para evitar que houvessem muitos frutos a caírem, portanto, talvez essa possa ser uma solução para este problema.

Em relação às obras da Rua de São Sebastião, tenho-as acompanhado, um pouco, e gostaria que o Sr. Presidente me informasse, uma vez que, pelo que disse a obra está parada, de facto, têm decorrido as semanas, retiraram o asfalto mas continuam a não fazer nada, a máquina continua no mesmo sítio e gostaria de saber se, futuramente, esta obra, como é costume com as outras, vier pedir adiamento dos prazos, eu irei votar contra porque devido à urgência que é mencionada para esta obra penso que a mesma deveria estar a andar com urgência, também, e não é o caso, a obra está completamente parada e se não estiver parada, está em «marcha lenta».”

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que “sobre as questões colocadas, naturalmente, que a bancada da CDU vai seguir, atentamente, e teve atenção a todas as questões colocadas, gostaria de referir a questão colocada pela Sra. Rosa Paula Marques e depois pelo Sr. Eduardo Rocha sobre a questão da identificação, ora, não havendo no nosso Regulamento este tipo de situação, também, me parece um bocadinho forçado ter que ser apresentado um cartão, até porque não é pedido a todos os munícipes presentes na sala, portanto, partimos do princípio que os únicos “perigosos”, porque é uma questão de segurança que foi aqui mencionado, são os que vão falar, portanto, parece-me excessivo, de qualquer maneira o Sr. Presidente referenciou a legislação e, naturalmente, não a contrapomos não a conhecendo, vamos estudar e ver se, efetivamente, está na legislação e depois colocaremos, aqui, se for caso disso, dar-mos a conhecer que sim, se não, também, para podermos colocar que se faça de outra maneira, mas não conhecendo a situação legislativa, vamos primeiro estudá-la.

Uma vez que as outras questões já foram colocadas pelo meu camarada João Romba, queríamos reforçar uma pergunta feita pelo Sr. Vereador Ivo Pedaço e que eu, também, não entendi, se calhar culpa minha, da explicação do Sr. Presidente, ou seja, a obra está parada ou não está parada? Não percebi, depois disse que o concurso foi por um preço abaixo, o que é que isto pode implicar no seguimento decorrente da obra? E tendo em conta esta situação, vamos pedir, por escrito, mas de qualquer maneira fica aqui, já, registada a nossa vontade de voltar a ver todo o processo para podermos, também, perceber melhor as questões, mas o que eu queria aqui colocar ao Sr. Presidente porque não percebi da sua intervenção, é se a obra, neste momento, está parada ou está à espera de alguma questão contratual, não percebi bem e gostaria dessa explicação, se fosse possível.”

O Sr. Presidente informou que, uma vez que o Período que está a decorrer é o da Intervenção do Público, passaria ao Período Anterior à Ordem do Dia, que é no decurso deste que, algumas das questões colocadas pelos Srs. Vereadores, deveria ter sido feita e é nessa qualidade que irá responder.

#### PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A Posição Atual do Orçamento da Receita e a Posição Atual do Orçamento da Despesa Económica do presente ano, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

Foi aprovada por unanimidade, dos presentes na respetiva reunião, a ata n.º 23/XIII/2023, de 11/12/2023.

- Pelo Sr. Presidente foi solicitada a inclusão, na Ordem do Dia, de uma proposta designada por “Renovação dos Protocolos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado da Moita – 1º semestre de 2024”, tendo recaído sobre a mesma o n.º 13/XIII/2024, ao que todo o executivo anuiu.

Foi apresentada uma informação, à Câmara Municipal, pelo Sr. Vereador António Carlos Pereira, denominada “Atualização do Regulamento Interno do CLASM”, que constava na Ordem do Dia como Proposta, tendo a mesma sido retirada, passando a constar no Período Anterior à Ordem do Dia e que abaixo se transcreve.

### Atualização do Regulamento Interno do CLASM

“O Conselho Local de Ação Social do Concelho da Moita, adiante designado por CLASM, representa a plataforma local responsável pelo planeamento e coordenação da intervenção social, com o objetivo de unir esforços entre entidades públicas e privadas que tenham sede ou atuação no Concelho da Moita.

Considerando que as últimas alterações a este documento tinham sido em 2007, identificou-se a necessidade de o rever. A partir de contributos das entidades parceiras, foi elaborada uma atualização do mesmo, tendo sido colocada à votação e aprovada por unanimidade em sede de CLASM, no dia 10 de outubro de 2023, data em que o presente Regulamento Interno do CLASM entrou em vigor.

Nesse sentido, coloca-se a presente informação, em sede de Reunião de Câmara, para conhecimento.”

O Sr. Vereador António Carlos Pereira disse que, “trazemos aqui esta “Atualização do Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social da Moita” que não tendo que ser validado pelo Órgão, tendo em conta que este documento, este Regulamento de planeamento e coordenação desta intervenção social no nosso Concelho, parece-nos que é de fazer esta passagem e esta partilha desta atualização deste Regulamento.

Este documento, já carecia de uma apreciação e de uma atualização, distava do ano 2007, portanto, um documento com mais de quinze anos de existência, tanto que houve a necessidade, nesta plataforma local e neste Conselho Local de Ação Social da Moita de fazermos esta atualização que, também, já foi apresentada em sede do próprio Conselho Local de Ação Social, no passado dia 10 de outubro de 2023, sendo um documento estruturante daquilo que é o planeamento da nossa intervenção social no Concelho, portanto, trazemos aqui para apreciação e para dar conhecimento ao Órgão.”

O Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram a intenção de intervir sobre esta Informação.

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que “parece-nos que o documento tendo sido aprovado, por unanimidade, por todos os parceiros com certeza estará a dar resposta aquilo que é a necessidade daquele Concelho Municipal e quanto ao mesmo não temos nada a opor, antes pelo contrário, nós acreditamos em todas as nossas instituições, o CLASM é um Conselho Local que tem uma representatividade muito grande de parceiros, por isso, se todos votaram, por unanimidade, pelo trabalho que já se fazia e acredito que tem essa continuidade, que é sempre um trabalho de parceria e de rede, ela própria é apelidada de “Rede Social”, portanto, acreditamos e fazemos todo o gosto em ter esta informação.

De qualquer maneira, o que queríamos colocar era, se fosse obrigatório, eu tive o CLAS sobre a minha responsabilidade durante muitos anos, não me lembrava se era necessário vir a Reunião de Câmara, o Senhor Presidente já esclareceu que isso não é preciso, eu também sugeria, e da nossa parte temos o acordo que o mesmo fique como dado conhecimento no Período Antes da Ordem do Dia e saudar o trabalho efetuado por esta rede de parceria e por este conselho local de ação social que é imprescindível nos tempos que correm e saudar todos os elementos que participam, ativamente, neste Concelho Local de Ação Social que muita resposta dá muito, às vezes, para além das suas capacidades mas, efetivamente, é verdade que se um pode fazer mais, em rede fazemos sempre melhor.”

De seguida o Sr. Presidente respondeu às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, no anterior Período, dando depois a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram a intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente – Disse que “no período que houve entre as intervenções, estive a acompanhar as imagens da intervenção na Broega e foi com gosto que vi que já lá estava um cilindro, comprado neste mandato uma vez que este equipamento, antigamente, não existia.

Depois, indo à questão que, aqui foi levantada relativamente ao Regulamento de Permanência e Trânsito de Animais do Município da Moita, o que diz este Regulamento é que os animais, em terreno particular, têm de ter condições de segurança para estarem naquele espaço, a quem cabe verificar se os animais têm reunidas essas condições de segurança não é a Câmara Municipal, existem entidades próprias para fazerem essa fiscalização. Antigamente não havia Regulamento, mas agora já há, e o recinto e espaço privado, tanto quanto sei, está vedado, a menos que a rede tenha sido retirada, é possível ver os postes que suportariam a vedação daquele espaço, no entanto, não sei se a rede permanece no local ou se foi retirada, o que quero deixar, aqui, bem claro é que a Câmara desenvolveu um conjunto alargado de ações, nessa matéria, mesmo pelo público aqui presente foi dito que havia uma alteração de comportamento relativamente a um grupo de cidadãos que tinham um determinado comportamento e passaram a ter outro, por isso, se as pessoas estavam a ter um comportamento e passaram a ter outro é fruto das políticas e da pressão que temos estado a desenvolver para que a Lei se cumpra e para que os Regulamentos e a Lei geral se cumpra, por isso, o trabalho está a ser desenvolvido, agora, nós somos todos muito criativos, é uma das qualidades que temos a nível cultural que é reconhecida a todos e temos que, por vezes, encontrar aqui uma solução, porque há sempre alguém que, de uma forma, ou de outra, procura sempre não cumprir e cabe às entidades competentes fazer com que as pessoas cumpram, e a nós, enquanto Câmara Municipal, zelar e acompanhar para que assim seja, por isso, sempre que verificarem que uma situação não está em conformidade ou viole algum dos Regulamentos é da responsabilidade de todos reportar às autoridades.

Se a informação me chegar, eu assim o farei, nós quando detetámos aquela situação, comunicámos, de imediato, às autoridades competentes para que acompanhem, verifiquem e atuem em conformidade, mas vivemos num estado de direito e a Câmara não tem o poder do exercício da força e também existem Tribunais, a Câmara não tem o poder legislativo, por isso, há uma coisa que se chama separação de poderes. A Câmara tem a responsabilidade e atuamos em função da mesma e reitero, se foi aqui reconhecido, como foi dito pela população que há uma alteração de comportamento e nota-se essa alteração, é porque tem sido feito um trabalho nessa matéria, um esforço que não é deste Executivo, é de todos os trabalhadores da Câmara Municipal que implementaram as políticas que nós aqui votámos, nós votámos por um determinado caminho e depois contámos com a colaboração dos trabalhadores e das forças de autoridade, o que, desde já, agradeço a colaboração pois tem ajudado e contribuído para o cumprimento das determinações, aqui, levadas a cabo, portanto, é esse o espírito e essa a forma que temos desde o início e é aquela que iremos manter.

Relativamente à questão que a Sra. Vereadora Vivina falou, dos cartões de cidadão e documentos de identificação, o que eu referi foi as normas da qualidade, existe a ISO 9001 e outros documentos, existem as normas de higiene, qualidade e segurança e nós temos o Gabinete de Auditoria a trabalhar e queremos, cada vez mais, pugnar pela qualidade dos nossos documentos e dos procedimentos para que haja, cada vez mais, um maior rigor e quando se fala em questões de segurança, não é porque alguém, aqui, seja perigoso, até porque este espaço é aberto, acho que todos nos temos sentido bem e em segurança, ainda não foi necessário colocar nenhuma força de autoridade à porta, existem Municípios onde isso já sucedeu e onde isso já acontece, já tivemos algumas situações desafiantes no exercício das funções, mas soubemos todos lidar com elas e todos nos sentimos, aqui, bem e em segurança, no entanto, existe o rigor dos procedimentos, ou seja, pode chegar qualquer um à entrada e dizer que tem um nome e, na realidade, ter outro, portanto, é necessário fazer essa verificação e essa validação, porque se há pessoas que nós olhamos e conhecemos, nós não temos obrigação, nem os funcionários da Câmara, de conhecer e reconhecer todos. Este é um documento que fica para registo, é um documento que indica se a pessoa autoriza ou não as gravações, e tem de cumprir com o RGPD – Regime Jurídico de Proteção de Dados, e as multas destas situações são elevadíssimas, por isso, seja pelas normas da qualidade, seja pelo RGPD, seja por outro tipo de documentos, tem que se garantir a

conformidade dos mesmos, como é obvio, não pedimos a fotocópia do documento de identificação porque isso é proibido por lei, agora, pedir o documento para confirmar se os dados estão bem preenchidos, até porque, por lapso, o próprio a preencher os dados pode-se enganar, por isso, a confirmação dos dados não me choca e penso que não deveria chocar ninguém, somos todos pessoas de bem, penso eu, portanto, acho que isso não deveria chocar ninguém.”

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que “gostaria de colocar, em nome dos Vereadores da CDU, o seguinte, estamos em janeiro, é verdade que ainda estamos «só» em janeiro, mas a verdade é que «já estamos» em janeiro para aquilo que eu vou dizer. O 25 de Abril está à porta, embora faltem três meses, é muito rápido, estamos em crer que, todos nós estamos todos de acordo que é uma marca que vamos ter, este ano, dos cinquenta anos de liberdade, cinquenta anos de revolução de Abril, daquela que nos deu a possibilidade de ter o Poder Local Democrático tal e qual como está instituído e nos dá a possibilidade de estar aqui, hoje, a falar desta forma, e que os cidadãos podem estar, aqui, a expor desta forma tão aberta, portanto, todos sabemos o que é que o 25 de Abril nos trouxe e parece-nos que os cinquenta anos é um marco, extremamente, importante e por isso gostaríamos de colocar, ou pelo menos solicitar, que se não fosse possível nesta reunião, numa próxima, nos pudessem informar sobre o que está pensado para comemorar Abril, para comemorar estes cinquenta anos porque é uma data que não pode ser comemorada como nos outros anos, é um marco muito importante, meio século de liberdade no nosso País.

Ainda, dentro deste tema e porque, também, temos vindo a ser contactados por alguns dirigentes associativos e por algumas associações, gostaríamos de perguntar se a Câmara este ano está disponível para participar no desfile popular que se faz, todos os anos, nesta época e que este ano faz muito mais sentido que nos outros anos, que esta festa se faça na rua com todos aqueles que estão mais perto da população e, portanto, gostaríamos que, se não fosse possível agora, nos informassem quais são as démarches que já estão a ser efetuadas por parte da Câmara Municipal para que Abril, no nosso Concelho, se comemore com dignidade e com aquilo que merece.”

Sr. Vereador Ivo Pedação - Disse que “gostaria de mencionar que, em momento algum afirmei que deveria ser a Câmara Municipal a fiscalizar a aplicação, ou não do Regulamento, no entanto, se estivesse no seu lugar e tivesse queixas dos moradores, agradeceria e faria o contacto, oficial, aos serviços da Câmara Municipal e para as entidades competentes, e isto por dois motivos, o primeiro era porque a “palavra” do Município tem peso perante as autoridades, em segundo, os munícipes não tem que conhecer o Regulamento, nem os regulamentos que são feitos na Câmara, até porque é, um pouco, difícil ir pesquisar e, também, não têm que saber “de cor” que existe um Regulamento de Permanência e Trânsito de Gado.”

Sr. Vereador João Romba – Disse que “é uma questão rápida, ou seja, das diversas conversas que tivemos com os munícipes nas visitas que fizemos pelo Concelho, foram-nos colocadas várias questões, mas esta foi uma das que nos fizeram chegar, ou seja, na Rua Amílcar Cabral, em Alhos Vedros, solicitávamos que fosse feita a limpeza de alguns sumidouros, uma vez que a semana passada foi uma semana de chuvas e criou algumas inundações, por isso, solicitávamos que, assim que possível, fosse feita a limpeza dos sumidouros nesta área e, naturalmente, noutras em que se verifique a mesma situação.”

Sr. Presidente – Disse que “há uma questão que não respondi porque vão sendo colocadas várias questões e, se não tomar nota, é fácil passar à frente e não responder, por isso, não respondi à questão colocada pela Sra. Vereadora Vivina sobre as obras da Rua S. Sebastião e no decorrer da sua intervenção lembrei-me que não tinha respondido, portanto, é fruto de defeito profissional de quem trabalhou muitos anos nesta área, depois, para nós as questões são simples e se calhar para quem nos acompanha, lá em casa, as questões até podem não ser lidas ou interpretadas de uma forma tão

simples, por isso, vou tentar responder de uma forma que seja suficientemente clara para o maior número de pessoas e se assim não for, estarei cá disponível para clarificar.

As obras, a aquisição de serviços, ou seja, o que for, na Câmara Municipal têm todos um valor que é o preço base que a Câmara Municipal determina, valor acima do qual a Câmara não adjudica a obra, aceita valor igual ou inferior, também, está tipificado na Lei o que significa um preço anormalmente baixo, valor inferior ao qual a Câmara, também, não adjudica, ou seja, tudo o que fica entre o valor do preço base e o valor do preço anormalmente baixo, por norma, nós adjudicamos. Uma das formas mais simples, ou um dos critérios mais simples, de adjudicação, por norma, vai sempre por aquele que é economicamente mais vantajoso para o Município e o que se interpreta é aquele que seja o valor mais baixo, ou seja, o valor mais baixo que calhe entre o preço base e o valor anormalmente baixo, ou seja, de todas as entidades que concorrerem, aquela que tiver o valor mais baixo é aquela que ganha.

O que eu disse relativamente a esta empreitada que foi lançada com carácter de urgência é que, por acaso, só houve uma empresa a concorrer e que, por norma, as empresas não se afastam muito do preço base, e aquele veio com um valor mais abaixo do preço base, mas ainda assim não entrava no intervalo do preço anormalmente baixo, ou seja, a proposta da entidade era admissível, o preço era admissível.

O que acontece, agora, é que a empresa veio-nos assinalar um conjunto de questões, ao qual a Câmara já está a responder, mas o que eu quero deixar claro é que as entidades quando não querem fazer, ou não têm disponibilidade para fazer uma obra, o conselho que deixo a todas as empresas e entidades é que “não concorram”, ou então, depois, por algum motivo, não entreguem os documentos para não se habilitarem, para não chegarmos à fase de assinarem contrato. Quando concorrem e ganham uma empreitada, e quando submetem todos os documentos e assinamos o contrato, já não há volta a dar, portanto, existem duas hipóteses, ou fazem a obra pelo preço que disseram que a faziam, ou então, se não o cumprirem, a Câmara terá que recorrer a outras entidades, por isso, estamos atentos, estamos a acompanhar, queremos que a obra siga a bom termo e queremos contribuir para que a obra prossiga porque a responsabilidade de alguém que abandona uma obra ou não a faz é, no limite, perder o alvará de obras públicas, ou seja, a empresa privada deixa de poder concorrer a obras públicas.

Não sei qual é a gama de clientes para qual esta empresa trabalha, se é mais no setor público ou no privado, se esta for a única Câmara que a empresa concorreu e se decidir não fazer a obra porque acha que não é interessante financeiramente fazer esta obra, ou por outro motivo qualquer que venha a considerar, no limite, poderá uma destas situações acontecer, com isto quero dizer que temos esta entidade até que alguém diga, ou se prove o contrário, como uma “pessoa de bem”, queremos trabalhar, em conjunto, para que a obra chegue a “bom porto” e todos percebemos que existem várias obras fruto de, atualmente, as entidades não fazerem, desde que houve a crise de 2008 e depois mais à frente todas as outras crises que se seguiram e a pandemia, as empresas já não fazem stocks, tivemos esse problema com a obra da Avenida, conhecida como “Estrada dos Espanhóis”, a antiga, não é a via principal, mas toda a gente reconhece, publicamente, esse nome e não se conseguiu, logo, colocar os new jerseys (barreiras em betão) porque foram necessários fabricar, não havia stock's, ou seja, depois de ganhar a obra é que a empresa adjudica à entidade e a entidade os começa a produzir, ou seja, isto faz com que as obras passem a demorar mais tempo, por esse motivo é que demorou tanto tempo para colocarem esse material na estrada e tivemos a infelicidade, até, dos primeiros a serem fabricados virem com defeito, foram aproveitados para outra empreitada em que a sua união não era obrigatória, mas ali, o método, por questões de segurança, era os new jerseys estarem unidos uns aos outros, tal como, agora, na Rua de S. Sebastião, quando a empresa ganhou a obra é que foi fazer a adjudicação das tubagens, nomeadamente, a Espanha e estes começaram a produzir as tubagens para colocar naquela obra, por isso, o mundo atual em que vivemos é este, o que traz muitas dificuldades quer para as empresas, quer seja o setor público ou privado, no andamento das obras, trazem novos desafios.

O que eu disse e reitero, é que estamos a acompanhar aquela obra para que, se verificarmos que existe incumprimento daremos demanda as démarches necessárias, junto do nosso Gabinete Jurídico, para vermos as opções que temos para que não venha a acontecer uma situação idêntica à que aconteceu no Centro de Saúde, mas estamos a trabalhar no sentido de que a obra possa decorrer o mais rápido possível até pelas condições de segurança que aqui assinalámos. Se a empresa, neste momento, não está a cumprir o plano de programa de trabalhos, por algum motivo, que é uma das peças que tem de apresentar à Câmara Municipal quando concorre porque a obra é para um determinado prazo se em algum momento a obra esteve parada por algum constrangimento que nós possamos não estar a identificar mas que seja atendível e admissível, o que a entidade tem que fazer é propor uma alteração ao plano de programa de trabalhos visando recuperar o tempo perdido, a extensão do prazo é só em condições que sejam legalmente admissíveis e que, por norma, vêm à Câmara Municipal, devidamente justificadas, para que nós aceitemos ou não, são sempre aqui trazidas essas opções, no entanto, o nosso objetivo e para aquilo que nós queremos trabalhar é que a obra decorra o mais rapidamente possível com um menor impacto para as pessoas e que todas as partes saiam satisfeitas, seja a Câmara Municipal, seja a entidade que está a desenvolver os trabalhos, seja a população para a qual todos estamos a trabalhar e com isto espero ter respondido às questões que foram colocadas relativamente à Rua de São Sebastião. No ponto intermédio, queremos lançar, já, a segunda fase que visa, neste caso, terminar em tempo similar à primeira fase que é para criar o menor impacto possível na rua.

Ainda, sobre as questões colocadas, pela Sra. Vereadora Vivina Nunes, referentes ao 25 de Abril, dizer que a Câmara Municipal, neste caso, até por ação da Assembleia Municipal, desde que o PS ganhou a Câmara Municipal, fez uma cerimónia mais democrática e mais participativa porque, antigamente, era opção da CDU fazer um desfile, um desfile onde todos eram aceites e todos nós nos lembramos daquelas “peripécias”, ou incidentes com as faixas, ou o que lhe quiserem chamar, para decidirem quem ficava à frente, ou quem é que ficava atrás, onde é que ficavam os Vereadores do PS, onde é que ficavam os Vereadores da outra força política, onde é que ficava a Câmara Municipal, onde é que ficavam os membros da Assembleia Municipal de uma ou de outra força política, nunca se percebia bem quem é que ficava onde e como, era diferente, e desde que o PS está à frente dos destinos da Câmara Municipal, e temos um Presidente da Assembleia Municipal que decidiu, e bem, não tendo eu que versar, mas permitam-me elogiar o trabalho feito pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que decidiu, a meu ver, bem, abrir a cerimónia a todos, ou seja, fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária, fazer essa sessão solene, neste caso, mimetizando o que acontece na Assembleia da República, onde é aberta, à semelhança do que acontece noutros Municípios do País, e é dada a palavra a todas as forças políticas representadas na nossa Assembleia Municipal, sejam deputados municipais afetos a um partido político ou na condição independente, portanto, todos podem fazer uso da palavra e eu acho isso muito importante, é de saudar e assinalar.

É uma cerimónia pública, onde é dada a palavra a todos para que todos possam dizer aquilo que acham por bem, é uma cerimónia que é transmitida, em direto, para toda a população e é uma cerimónia que fica gravada para que todos possam ouvir os discursos e as diferentes intervenções, por isso, queria assinalar esse evento em particular como um avanço democrático enorme no nosso Concelho. Em relação a outras demonstrações que se associam às comemorações do 25 de Abril, o que posso, desde já, dizer é que a Câmara Municipal irá continuar a associar-se a este evento da Assembleia Municipal que consideramos que prima pela promoção da democracia.

Certamente haverão outros eventos, haverão e têm havido debates onde as pessoas conversaram sobre as mais diferentes matérias, sei que a Assembleia Municipal está a desenvolver um conjunto de iniciativas, a Câmara Municipal, também, está a desenvolver um conjunto de iniciativas para assinalar o 25 de Abril, esta data histórica e de enorme importância que estamos, agora, a comemorar os 50 anos do 25 de Abril e questões à parte acho que nos devemos concentrar é em valorizar os ganhos obtidos no 25 de Abril, aquilo que foi conseguido e continuar a lutar e a trabalhar, diariamente, para consolidar a democracia, defender os direitos para que possamos, todos, tê-los e lembrar uma frase, que não me lembro o seu autor, mas que diz “quem adormece em democracia, acorda em ditadura”,

por isso, o que desejo a todos, acima de tudo, independentemente das diferentes opiniões, das diferentes opções programáticas que uns e outros possamos defender, acho que devemos continuar todos, intransigentemente, a defender os valores do 25 de Abril e unidos no que diz respeito a defender os valores que é o que nos permite, a todos, estar aqui e termos opiniões diferentes, discordar e ainda assim estarmos de bem uns com os outros porque não é por termos, por vezes, debates mais “acesos”, que quando saímos, da porta para fora, nos vamos dar melhor ou pior, aqui faz parte da natureza do debate defendermos de forma mais afincada, mais apaixonada, algum assunto que nos é mais caro, mas, democraticamente e de forma urbana, e com o respeito que temos que ter uns pelos outros, da porta para fora a vida continua e tem que continuar a haver o respeito pelas diferentes opiniões, por isso, acho que é isso que é importante valorizar e continuar a dignificar porque é “muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa” sabendo que em liberdade e desde que se cumpra a lei, muito mais coisas são permitidas do que em ditadura. Em ditadura não poderíamos estar aqui a divergir, ou a convergir desta forma porque a decisão já estaria tomada, à priori e seria “um faz de conta” e não é isso que queremos para o nosso País, para o nosso Distrito e para o nosso Concelho, em particular.”

Sr. Vereador Ivo Pedação – Disse que “quero mencionar, já que falamos em comemorações, que ontem, apesar de não ter havido comemorações tanto a nacional como a nível local, Luís Vaz de Camões, o nosso grande Poeta Nacional, uma das figuras da literatura portuguesa mais conhecida, fazia, ontem, 500 anos e nada foi feito, nada foi comemorado, lamentando que Portugal não dê atenção, também, às grandes figuras que marcaram a História de Portugal.”

Sr. Presidente – Disse que “fica feito o registo alusivo a essa data, acrescentando que no dia 10 de junho, data na qual se comemora o dia de Portugal, também se comemora Camões, no entanto, não é no dia do seu aniversário, mas não se deixa de comemorar Camões.”

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que “o Sr. Presidente, naturalmente, expressou a sua opinião e nós expressamos a nossa dentro daquilo que é a cordialidade e dentro daquilo que é a liberdade, no nosso entendimento, uma coisa não interfere com a outra, se a Assembleia Municipal entende fazer uma Sessão Extraordinária Pública, e bem, na qual nós temos participado sempre, nunca deixámos de participar, lembrando que nos festejos dos 40 ou 45 anos do 25 de Abril, também, houve uma Sessão Solene da Assembleia Municipal, com a intervenção de todos os partidos políticos e isso não inviabilizou que se fizesse o desfile popular, agora, quando o senhor diz que é um avanço democrático enorme, eu digo que, o maior avanço democrático que nós podemos ter é ter a população na rua a festejar Abril, e o movimento associativo que faz deste Concelho, um Concelho tão diferente e tão forte, aposta nesse desfile e daí a nossa questão de colocar, aqui, atempadamente, para que os senhores possam pensar em acolher e participar, também, nestas festividades na rua porque o 25 de Abril quer-se na rua, aliás, também falou na Assembleia da República, e esta festeja o 25 de Abril e, no entanto, todas as tardes do 25 de Abril, há o grande desfile nacional a festejar o 25 de Abril e, portanto, festejar o 25 de Abril na rua, penso que aqui ao lado, nos outros Concelhos, cada um tem o seu estilo mas, efetivamente, na rua, por exemplo, lembro-me que no Barreiro penso que é através do hastear a bandeira com as bandas na rua, não tenho, exatamente, a certeza mas tenho ouvido comentar, efetivamente, temos estilos diferentes e este é um estilo muito marcado do Concelho da Moita e apelamos para que possam pensar nesta situação. Nós, certamente, estaremos onde está o Povo e, certamente, estaremos na Assembleia Municipal se ela se realizar porque continuamos muito acordados e alerta.”

Sr. Presidente – Disse que “foi com muita pena minha que, no ano passado, não consegui estar porque estava fora em representação do Município, o que não me permitiu ir ao aniversário da Banda Musical do Rosário e estava a fazer conta de ir este ano porque até calhava numa data que para mim, também,

é especial do ponto de vista pessoal e teria todo o gosto de lá ir nesse dia, aconteceu que por motivos de saúde, nomeadamente, ter gripe A, e foi “fruto de época”, este ano não consegui estar presente. Em seguida resolvi meter uma semana de férias, mas o que sei é que a minha ausência causou algum impacto, houve algum alarido, e utilizando, aqui, uma frase do Mark Twain “o anúncio da minha morte é manifestamente exagerado”, já havia quem falasse como se eu tivesse tido um problema de saúde mais grave, portanto, agradecer a todos os que se preocuparam, mas como podem ver estou aqui bem de saúde e quero, desde já, alertar para que se alguma coisa de grave, neste caso, desta natureza acontecer, eu voltarei cá só para avisar, deixo aqui essa promessa.”

Sra. Vereadora Sara Silva – Disse que “ainda respondendo à Sra. Vereadora Vivina Nunes, naturalmente, que tem uma posição diferente da nossa, em relação ao 25 de Abril, mal seria se fôssemos todos iguais, nesse sentido, também, o Sr. Vereador António irá responder porque ele, todas as semanas, reúne com um grupo, ou seja, com todas as forças políticas que estão representadas na Assembleia Municipal e estão a trabalhar em conjunto e ouvindo todas as forças políticas e o Movimento Associativo e a recolherem contributos para que o 25 de Abril seja comemorado de uma forma diferente, uma vez que estamos a falar dos 50 anos de Abril.

Dizer que, mal seria se todos tivéssemos a mesma linha de pensamento, não haveria tanta divergência em relação à nada, mas, quando se insiste muito num desfile da liberdade, como o apelidou, mas na realidade e como, e bem, o Sr. Presidente disse se calhar nós demos um passo mais à frente e nesse sentido estamos todos envolvidos, todas as forças políticas e o Movimento Associativo, portanto, não deixa de ser na rua porque fazemo-lo na rua e, também, não deixa de ser um desfile onde estão todos representados, inclusive a população, e o facto de não ser a descer uma avenida, não significa que não seja um desfile e que represente a liberdade, portanto, também é na rua e é comemorado numa zona nobre da nossa Freguesia e do nosso Concelho que é a Praça da República e, portanto, achamos que tem toda a dignidade para receber este desfile que não é pelas ruas, é um desfile em que estão todos e não deixa de ser um desfile e aí eu penso que, também, estamos a comemorar, e de forma digna, e a lembrar que 25 de Abril é sempre.”

Sr. Vereador António Pereira – Disse que “relativamente a este último assunto, só para partilhar aquilo que têm sido as celebrações dos 50 anos de Abril e da Revolução de Abril de 74, naquilo que é a data história e marcante para, também, o nosso Município, bem como, o interesse municipal nas celebrações e no envolvimento de todos os parceiros locais, das Associações Locais, das Juntas de Freguesia, da Assembleia Municipal naquilo que é as celebrações desta data que não estão a ser realizadas, somente, há umas semanas, mas desde dezembro de 2021 que o Executivo fez uma condição de se reunir, ter uma estrutura concelhia de missão para estas celebrações dos 50 anos e desde esta data que estamos a preparar aquilo que vão ser as celebrações e o evento, não terminando no próprio dia 25, mas decorrendo até dezembro de 2024 com perspetivas até de pensarmos, futuramente, noutras datas, também, são elas marcantes e emblemáticas como a própria primeira Constituição da República em 1976, em que podemos, também, associarmo-nos nessas celebrações e nesse outro momento tão marcante.

Dizer que começámos em dezembro de 2021, mas em março de 2022 já tínhamos uma proposta que seria celebrar os 7500 dias de democracia a 24 de março, mais um dia que aquele que simbolicamente se estava a celebrar relativamente aos tempos vividos em ditadura, portanto, em 24 de março de 2022, na Vila de Alhos Vedros, estávamos a celebrar, a começar a fazer uma programação muito específica para a celebração dos 50 anos do 25 de Abril no nosso Concelho, com diferentes entidades, nomeadamente, Associações Locais, Clubes, com as Juntas de Freguesia, Câmara e a Assembleia Municipal.

Temos marcado e feito alguma diferença relativamente àquilo que vinha sendo as celebrações em anos anteriores, mas a democracia é exatamente isso, cada um pode fazer e vai fazendo de forma que possamos todos em conjunto fazer-nos sentido, portanto, é neste conjunto de diferentes entidades como a Sra. Vereadora Sara estava a apresentar, há um convite que foi endereçado e que foi aceite e

que, também, estamos nessa reunião conjunta e nesse grupo alargado com todas as forças políticas, todos aqueles que foram convidados e querem participar, numa concertação, num trabalho conjunto, numa programação que é apresentada e que é proposta com estes grupos, com a Assembleia Municipal onde está a ser proposto e auscultados as Associações locais, sejam as do setor social, do terceiro setor, sejam as Coletividades ou Associações Locais, portanto, estamos a fazer uma programação que seja condizente com esta data histórica, de grande importância para a nossa democracia, para a promoção da democracia e a conservação e manutenção da democracia.

Recentemente fizemos uma reunião, já está agendada uma outra para dia 30 com os líderes de bancada e com todos aqueles que queiram participar, estamos a fazer esta concertação para dar esta oportunidade, como tem sido dada nos últimos dois anos celebrados no Município, na Sessão Solene do 25 de abril, com estas características que já foram apresentadas pelo Sr. Presidente, mas também abrindo até a outros grupos que por norma nem tinham esta oportunidade como é o caso dos nossos jovens que, também, têm a oportunidade de participarem numa forma mais convencional, de os auscultarmos, conhecer e ouvir as suas preocupações e, também, é um enquadramento diferente.

Relativamente aquilo que nos é colocada sobre se é uma manifestação, se é um desfile, se é uma caminhada pela democracia, nós estamos, neste quadro, de trazer as propostas, algumas de continuidade, outras serão, naturalmente, pelo modelo que nós estamos a fazer, em termos de programação, de ouvir, perceber o que pode fazer sentido, o que as pessoas valorizam e gostam e nesse quadro poderá ser um desfile, uma caminhada, uma manifestação acredito que não seja, portanto, é algo que nós, nas pontes que estamos a fazer uns e outros, poderemos entender formas diferentes e isso é que é a democracia, portanto, quais são os nossos momentos celebrativos, mas, também, pensando que se, por algum motivo, não fazemos aquilo que foi feito no passado é porque temos, por parte daqueles que estão connosco, sobretudo estas Associações Locais, estes Dirigentes, estes Atletas, os Treinadores, as pessoas que fazem parte nas comunidades que, também, vinham reivindicando poder fazer uma celebração de forma diferente e, portanto, é nesse quadro que eu termino dizendo que nós iremos encontrar uma programação que seja condizente, que vá de encontro com aquilo que são as expectativas, as aspirações de todos para celebrarmos estes 50 anos de forma muito democrática e que possamos todos nos rever e ficar orgulhosos desta data que é tão emblemática e marcante para o nosso Concelho."

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que "o Sr. Vereador, agora, falou numa estrutura local de missão, assim que fosse possível fazer-nos chegar a constituição dessa estrutura local de missão porque nós enquanto Câmara Municipal/Vereadores, não conhecemos a sua constituição e gostaríamos de saber se nos pudesse enviar.

Eu estou a perguntar enquanto Vereadora da Câmara Municipal da Moita e no Órgão Câmara Municipal, tenho o direito de perguntar, e os Vereadores da CDU têm o direito de perguntar, qual é a estrutura de missão, enquanto eleitos na Câmara Municipal.

Sr. Presidente – Disse que "estão representadas diferentes forças políticas entre outras pessoas que se identificou como sendo importantes, mas faremos chegar essa informação, por via formal, da constituição da própria e com isto quero dizer que, não é uma estrutura fechada, é uma estrutura abrangente que acolhe, e tem acolhido, todas as forças políticas, personalidades que desenvolvem trabalho no nosso Concelho e que identificámos como sendo importantes para constarem e é um trabalho que está a ser feito no Município da Moita, articulando com as estruturas nacionais porque foi um desafio lançado pelo Sr. Presidente da República que, até, foi o primeiro a lançar uma estrutura de missão para as comemorações do 25 de Abril, e neste modelo que abrangeria vários anos e que teriam um determinado formato, portanto, foi a própria Presidência da República os primeiros a lançar este modelo que, depois, por uma questão de capilaridade iria ter a participação dos diferentes Órgãos da Administração Local, nomeadamente, as Autarquias e é esse trabalho que está a ser feito e que estamos a fazer e a desenvolver, num quadro mais abrangente que por muito transcende aquilo que são aos limites geográficos do nosso Concelho e por isso queria deixar claro essa matéria."

6

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Sra. Vereadora Anabela Rosa.

### 1. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA MOITA E A ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS DE PROTEÇÃO ANIMAL DESIGNADA POR BOBI & FLOR

“As associações de proteção animal, sem fins lucrativos, com intervenção no concelho da Moita, desenvolvem um trabalho muito importante no território, no que diz respeito ao bem-estar animal, promovendo uma ação diária com o propósito de acolher, prestar cuidados de saúde e colmatar as diversas necessidades dos animais de companhia, trabalhando em parceria com a Câmara Municipal da Moita.

Em concreto, a associação sem fins lucrativos Bobi & Flor, pessoa coletiva n.º 514 814 870, com sede na Rua Eça de Queirós, n.º 82, 2860 – 632 Moita, tem como objeto como objeto melhorar, com os meios ao seu alcance, as condições de vida dos animais, designadamente através da proteção de animais abandonados e maltratados, da promoção de meios de divulgação que visem a adoção responsável dos animais, e da criação de parcerias com entidades públicas e privadas que permitam concretizar os objetivos da associação, e tem participado ativamente na promoção do bem-estar animal, em diversas dimensões, como bem demonstra o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em parceria com o Município da Moita.

Para o desenvolvimento desta missão diária, de interesse público municipal, muito em particular no que respeita à supressão das necessidades ao nível da alimentação e também na promoção de cuidados higiénicos adequados às necessidades fisiológicas dos animais, e em particular no que respeita a gatos, mostra-se necessário o apoio das associações sem fins lucrativos e, por sua vez, essas mesmas associações, carecem de apoios externos para que possam dar resposta às necessidades diárias.

Pelo exposto e considerando:

- Que o Município da Moita reconhece a importância dos animais de companhia no âmbito da identidade da comunidade e bem assim reconhece e valoriza igualmente o empenho e esforço dos diversos parceiros que dispõe nesta matéria, em particular das associações sem fins lucrativos que se dedicam ao desenvolvimento deste trabalho diário;
- As atribuições cometidas aos Municípios, nos domínios da Saúde e Ambiente, conforme o disposto nas alíneas g) e k), respetivamente, do n.º 2, do artigo n.º 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual;
- A competência da Câmara Municipal em deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, bem como apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, nos termos das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

1

Nestes termos, ao abrigo das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, das **PROPÕE-SE** que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar a celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município da Moita e a Bobi & Flor, associação sem fins lucrativos de proteção animal, no âmbito do apoio à realização de atividades de promoção e bem-estar animal, anexo à presente proposta e cujo teor se dá por integralmente reproduzido nesta sede para todos os devidos e legais efeitos;
2. Que a Câmara Municipal delibere aprovar a concessão de um apoio financeiro no montante total de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros);
3. Que a comparticipação financeira seja disponibilizada em três tranches da seguinte forma:
  - a) 1.ª tranche, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), a disponibilizar após a assinatura do protocolo de colaboração;
  - b) 2.ª tranche, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), a disponibilizar até 31 de agosto;
  - c) 3.ª tranche, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), a disponibilizar até 31 de dezembro;
4. Que a atribuição do presente apoio financeiro, conste da relação a publicar anualmente, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 4.º, da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto;
5. Notificar a associação beneficiária da deliberação tomada."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções.

Sra. Vereadora Vivina Nunes – Disse que “desde já dizer que os Vereadores da CDU vão votar favoravelmente esta proposta e cremos que aquilo que a associação fará, efetivamente, merecerá, com certeza, o subsídio que aqui está enunciado, no entanto, gostaríamos, se fosse possível, tendo em conta que o protocolo remete para o Plano de Atividades da própria associação eu, pelo menos, não fiquei muito bem esclarecida sobre aquilo que, efetivamente, a associação já faz, por isso, se nos puderem dar, embora já tenha esclarecido, na primeira apreciação, algumas das questões, mas, como não temos conhecimento do Plano de Atividades queríamos perceber, exatamente, onde funciona, se já funciona e quais são as atividades, mais relevantes, desta associação com os animais.”

Sra. Vereadora Anabela Rosa – Disse que “mesmo antes da celebração do protocolo, esta associação já apresentava o Plano de Atividades.

Temos toda a documentação desta associação, assim como, temos, também, de uma outra com quem trabalhamos e que, também, temos um protocolo com ela que é o «Projeto CED», esta associação é, essencialmente, vocacionada para o acolhimento de gatídeos e, também, assegura o cuidado de algumas colónias do Concelho, desloca-se, muitas vezes, às colónias para recolher os animais para esterilização, acolhe-os nas suas instalações no período de recobro e depois devolve-os às colónias, portanto, para além de recolher animais e promover a adoção, também faz aquilo que se chama o Projeto CED – Capturar, Esterilizar, Devolver.

Para além disso, também, têm tido um papel muito importante porque, muitas vezes, por falta de meios da Câmara Municipal estão, sempre, disponíveis para nos ajudar e apoiar quando é necessário, seja a nível dos gatídeos, que é a área desta associação, como muitas vezes a nível dos canídeos, ou seja, é uma associação que está sempre disponível, desde o início das nossas funções.”

6  
88

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

## 2. ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO CLASM

Foi a proposta retirada da Ordem do Dia, passando a constar no Período Antes da Ordem do Dia como Informação.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador António Carlos Pereira.

## 3. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO TORNEIO ATLETISMOITA 2022/2023

"A Câmara Municipal promove anualmente o Torneio das Coletividades do Município da Moita em Atletismo - "Atletismoita Este torneio decorre ao longo de toda a época desportiva e é uma iniciativa do Movimento Associativo, das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal da Moita, que consiste na realização de um calendário de provas de Atletismo (estrada e corta-mato) por época desportiva.

O "Atletismoita" tem como principais objetivos:

- Proporcionar oportunidades de participação em provas de atletismo aos munícipes (federados ou não);
- Estimular o aparecimento de novos clubes e praticantes de atletismo, criando condições para uma maior expansão da prática regular da modalidade através da estruturação de um calendário de provas conjugado com as provas tradicionalmente realizadas;
- Estruturar um plano de avaliação classificativa dos praticantes e coletividades como forma de estimular e incentivar a participação e o empenho de todos;
- Fomentar a Ética Desportiva.

Assim, de acordo com as regras do Torneio, foi elaborada uma classificação coletiva final através do somatório de todas as pontuações coletivas ao longo da época desportiva, pelo que se propõe a atribuição dos seguintes apoios financeiros, tendo em conta a classificação coletiva.

Nosso contido, propomos:

- . Clube Recreativo do Penteado - 1.000€ (mil euros);
- . Clube Desportivo e Recreativo Ribeirinho - 850€ (oitocentos e cinquenta euros);
- . Grupo Desportivo da Fonte da Prata - 700€ (setecentos euros);
- . Clube Amigos do Atletismo da Moita - 600€ (seiscentos euros);
- . Grupo "Os Indefectíveis" - 500€ (quinhentos euros);
- . Grupo Desportivo e Popular do Chão Duro - 300€ (trezentos euros)
- . Centro de Atletismo da Baixa da Banheira - 150 € (cento e cinquenta euros)

Os apoios considerados, no valor de 4.100,00€ (quatro mil e cem euros) têm cabimento na rubrica 252.22 - 03/06.02.03.05.07 - ATLETISMOITA."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções.

Sra. Vereadora Vivina Nunes - Disse que "queria, só, um esclarecimento, se estas verbas têm a ver com o apoio às coletividades, aos clubes que aqui estão inscritos e cada prova tem um apoio específico, ou este apoio já é o apoio específico à prova que cada um destes clubes vai realizar?"

Sr. Presidente - Disse que "daquilo que eu entendi da questão que a Srª Vereadora colocou é se estes já serão o montante global para a atividade destes Clubes ou será, especificamente, para o apoio à atividade da prova do ATLETISMOITA?"

Sra. Vereadora Vivina Nunes - Disse que "o que eu pergunto é, tendo em conta o histórico do ATLETISMOITA e saúde, também, a continuidade deste projeto, se cada vez que um clube realiza uma prova, normalmente, e penso que até o ano passado, não tenho a certeza, também não o posso garantir, aprovávamos um valor para a realização da prova que esse clube iria realizar, por exemplo, a prova de atletismo das festas de Alhos Vedros era a Fonte da Prata que a realizava, e havia um valor "x" para essa prova e o que eu pergunto é se este valor se mantém e isto é, efetivamente, um apoio complementar a estes clubes para a realização de tudo aquilo que é necessário para além da prova, ou se cada clube destes só fica com esta verba para a realização dessa prova."

Sr. Presidente - Disse que "queria clarificar porque esta proposta vem acompanhada por uma Informação-Proposta dos serviços, como todas as propostas que vêm a Reunião de Câmara Municipal assim devem ser suportadas, portanto, vou passar a ler a Informação-Proposta."

Após a leitura do conteúdo da Informação-Proposta o Sr. Presidente acrescentou que "os Clubes aparecem ordenados por pontos e essa ordenação é associada aos apoios, ou seja, dá-se apoios para a prática da atividade do Atletismoita, tendo por base, neste caso, o rendimento e a classificação dos diferentes Clubes e é com essa base que se propõe a atribuição de quatro mil e cem euros divididos por estas coletividades tendo em conta as suas prestações que tiveram no ano transato.

Espero ter explanado até porque a proposta de atribuição de subsídios no âmbito do torneiro do Atletismoita referente ao ano 2022/2023, ou seja, é à época desportiva atrás referida.

Para aqueles que estão habituados a outro tipo de desporto é, mais ou menos, como o campeonato de futebol ou outros campeonatos que acompanham dois anos, ou seja, a época é bienal e aqui também acontece com a prática do Atletismoita e por isso dão-se estes apoios, reconhecendo as prestações que estas entidades tiveram no atletismo, na atividade que desenvolvemos.

Espero ter clarificado esta matéria."

Sra. Vereadora Vivina Nunes - Disse que "Sim, efetivamente, consegui perceber a explanação agora feita pelo Sr. Presidente. Eu tinha lido atentamente a proposta, mas mantive esta dúvida sobre a realização das provas, daí a ter colocado e percebi que este é o valor que é, normalmente, atribuído em sede de festa, dos méritos que se costuma fazer e depois decorre, normalmente, o valor das provas como habitualmente.

Já percebi, muito obrigada pela sua explicação."

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente apresentou, em nome dos eleitos do PS, a Declaração de Voto que abaixo se transcreve.

#### Declaração de Voto

“A Câmara Municipal continua a apoiar a prática desportiva, nas suas mais diferentes modalidades e continuamos a querer apoiar o desporto de todos, em todas as modalidades, em todas as faixas etárias, que promove a qualidade de vida, promove a saúde e é assim que iremos continuar a atuar e é por isso que votámos favoravelmente esta proposta que vai de encontro a outras que temos aqui trazido.”

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Presidente.

#### 4. RENOVAÇÃO DOS PROTOCOLOS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL INTEGRADO DA MOITA -1º SEMESTRE DE 2024

“A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Esta transferência de competências, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, no âmbito do qual constitui-se como competência dos órgãos municipais um conjunto de competências específicas, em matérias como o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Esta intervenção estabeleceu como competências o atendimento, o acompanhamento social, a elaboração de relatórios de diagnóstico técnico, a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, conforme estabelecido na Portaria n.º 65/2021, de 17 de março.

De acordo com o n.º 1, do artigo 6.º da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, o SAAS consiste num atendimento de primeira linha que responde eficazmente às situações de crise e ou de emergência sociais, bem como num acompanhamento social destinado a assegurar o apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais, o qual é objeto de regulamento e funcionamento próprio.

O disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, determina assegurar o SAAS através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos mais adequados a cada situação, tendo em vista a promoção da melhoria das condições de vida e bem-estar das populações. Nesse sentido, o disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, prevê a celebração de acordos específicos com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas para a realização deste trabalho.

É com este objetivo que o Município da Moita, pode ao abrigo do previsto no art.º 25.º da Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto, na redação conferida pela Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, celebrar protocolos específicos com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou entidades equiparadas, que prossigam idêntico fim, com vista ao desenvolvimento de ações de acompanhamento

dos/as beneficiários/as do RSI, com o objetivo de promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

Ultrapassado o período experimental no ano de arranque este desafio, que possibilitou o ajustamento dos procedimentos e funcionamento destas respostas, bem como à alocação dos recursos humanos e logísticos necessários, para a continuidade da realização deste trabalho, conferindo-lhe a melhor qualidade possível na resposta à comunidade, torna-se necessário consolidar esta parceria e dar continuidade à mesma, para a qual foram estabelecidos Protocolos para o efeito.

É com esta finalidade que pretende o Município estabelecer para o 1º semestre de 2024 a renovação dos Protocolos de Cooperação com as entidades que promoveram esta resposta, com vista a assegurar o Serviço de Atendimento e o Acompanhamento Social Integrado (SAASI) da Moita, com as entidades parceiras.

Assim, e considerando,

- 1) A necessidade na continuidade da realização deste trabalho, com a qualidade que lhe é devida, possibilitando às entidades à alocação e estabilização dos recursos humanos, logísticos e financeiros necessários;
- 2) A dinamização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI) da Moita, que compreende a Integração das respostas de AAS - Atendimento e Acompanhamento Social e de RSI - Rendimento Social de Inserção, coordenado e promovido pela Câmara Municipal;
- 3) A necessidade de formalização do compromisso a estabelecer com as entidades parceiras do SAASI Moita, para através de Protocolo de Cooperação a estabelecer para o primeiro semestre, de 2024, nomeadamente com o Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira (CRIVA), a RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social CRL e a Fundação Santa Rafaela Maria, entidades com experiência demonstrada na realização deste trabalho de intervenção;

Assim propõe-se a renovação dos protocolos pelo período de 6 meses, compreendido de janeiro a Junho de 2024, onde se estabelece o âmbito geográfico da resposta, o modelo de funcionamento, o rácio de agregados familiares e/ou processos a abranger, os recursos humanos envolvidos, o horário de funcionamento e a comparticipação financeira a atribuir.

Valores a atribuir mensalmente:

- RUMO: 20.886,65€
- Fundação Sta. Rafaela Maria: 9.260,23€
- CRIVA: 32.598,30€

Total mensal a atribuir: 62.745,18€

Em anexo consta o mapa financeiro dos custos dos Protocolos SAASI, primeiro semestre de 2024.

O valor proposto terá cabimento na rubrica orçamental : 03 0407010203 – Protocolo RSI.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Ivo Pedação – Disse que “eu não ponho em causa nenhuma destas associações, nem o trabalho que fazem, mas gostaria de saber se a Câmara faz algum escrutínio sobre esta atuação das associações porque estamos a falar de 62.745,18€ mensais, ou seja, ao fim de um ano, pelas minhas contas, são 752.000,00€ que para um Município como a Moita é um valor considerável, mesmo sendo associações, sendo que umas são do Concelho e outras, até, são de fora do Concelho.

Era isto que eu gostava de saber, ou seja, se a Câmara Municipal recebe e faz o escrutínio das atividades que são financiadas, e se há alguma maneira de se saber onde são feitas essas intervenções, de todas as associações porque estamos a falar em valores diferentes que variam conforme a associação, e não sei o motivo, por exemplo a Rumo são vinte mil euros, um pouco mais, a Fundação Santa Rafaela são nove mil euros e depois temos o CRIVA que recebe trinta e dois mil euros mensais, que para uma associação de reformados que, no meu ponto de vista, não tem uma intervenção tão grande como, possivelmente, a Rumo ou outras que intervêm mais, digo eu que desconheço um pouco a situação, mas pelo que percebi, quando o Sr. Presidente estava a falar, consultei o site, e o mesmo só tem atividades até 2022 e estamos a falar de um valor avultado mensal, portanto gostaria de saber se podemos ter essa informação para, posteriormente, tirarmos as nossas conclusões.”

Sr. Presidente – Disse “para clarificar a questão colocada se, posteriormente, eu necessitar de algum apoio nesta matéria posso recorrer ao Sr. Vereador António Carlos Pereira que é o responsável pelo Pelouro e é quem assina esta proposta, mas sinto-me, suficientemente, conhecedor destes mesmos assuntos e confortável para dar as explicações que, neste caso, o Sr. Vereador Ivo Pedação solicita.

Dizer que estes valores aqui apresentados decorrem da transferência de competências do Estado para as câmaras municipais para desenvolverem estes processos. Estas entidades, algumas delas, já tinham estas atividades protocoladas com a Segurança Social, o que a Câmara fez, numa primeira fase, foi dar continuidade aos protocolos que já estavam assumidos, neste caso, entre a Segurança Social e estas entidades, ou seja, o que a Câmara a Municipal fez, nesta sua análise e ponderação, foi o alargamento a mais uma entidade, neste caso, a Fundação Santa Rafaela Maria, foi a inovação que a Câmara Municipal fez, foi o alargamento para esta Fundação, ou seja, tanto a Rumo como o CRIVA já tinham no passado, protocolado esta resposta social com a Segurança Social e nós tínhamos que escolher uma de duas opções, ou nós chegávamos a um acordo com estas entidades e os funcionários passariam, se o quisessem, por concurso público, concorrerem e a Câmara Municipal dar esta resposta, e poderiam entrar essas pessoas, ou outras, para desenvolverem o trabalho no terreno, ou então poderíamos aproveitar os protocolos existentes e estas equipas que já estavam estabilizadas e a desenvolverem o trabalho no terreno, equipas essas que já conhecem as famílias, os agregados, as dificuldades e acompanham algumas, ao longo de anos, que estão em situação de vulnerabilidade económica para que pudessem continuar a desenvolver o seu acompanhamento.

Decidiu-se alargar, então, esta resposta para que, neste caso, em Alhos Vedros houvesse uma entidade específica, à qual pudessemos recorrer no sentido de criar uma equipa para desenvolver este trabalho, sendo que o que se passou foi aproveitar o conhecimento e a capacidade de trabalho que já existia, no terreno, e dar continuidade aos protocolos, ou seja, em vez de se estar a destruir um trabalho que já estava feito para começar um novo que não sabíamos os resultados que teriam, ou em que tempo útil é que poderiam estar a trabalhar em pleno, sabendo nós que quem seriam prejudicadas eram as pessoas que necessitam de uma resposta social.

Claro que todos estes valores aqui atribuídos respondem a um conjunto alargado de métricas, de acompanhamentos de processos das famílias e é com base nesses processos que cada técnico tem, porque cada técnico tem um número de agregados familiares e de pessoas para acompanhar, e em função desses processos/técnicos e do número de processos que cada entidade acompanha e desenvolve que, posteriormente, é dado o apoio financeiro correspondente para os técnicos desenvolverem esses processos. Essas métricas podem ser fornecidas, são do conhecimento público, foram negociadas junto da Associação Nacional de Municípios e junto do Ministério correspondente, no

sentido da atualização dos valores necessários porque, na altura, achámos que a Moita não estava a receber os valores inscritos, necessários, para desenvolver a atividade, assinalámos desde o início a necessidade de ver vertido no Projeto-Lei de Orçamento as verbas consignadas para o Município da Moita em linha com o número de pessoas que estavam a ser acompanhadas e o número de processos que tínhamos nas entidades, e foi isso que nos debatemos, foi isso que foi conseguido e as verbas vêm em função disso e do trabalho que foi feito pela Associação Nacional de Municípios e por nós próprios chegou a “bom porto” e é esse apoio que está a ser dado às entidades e que temos que ir acompanhando porque os processos podem aumentar ou diminuir, todos nós desejaríamos que estas entidades recebessem menos dinheiro, mas não era por fazerem menos trabalho, era sinal que já não existiriam pessoas a necessitarem de serem acompanhadas, ou seja, gostávamos nós, enquanto Município, que o valor a atribuir, a estas entidades, fosse “zero”, era porque tínhamos “zero” pessoas referenciadas e “zero” pessoas com necessidades, mas é a realidade que temos, é uma necessidade que existe e uma resposta que é necessária, e que vamos continuar a desenvolver a bem da nossa população.”

Sr. Vereador Ivo Pedaço – Disse que “como mencionei, eu não ponho em questão o trabalho que as associações fazem, a minha pergunta, por outras palavras, é se a Câmara avalia o trabalho perante uma família que é referida e ajudada por uma destas associações.

Em segundo lugar, não é por passar da Segurança Social para a Câmara Municipal, pela descentralização, que não se vai fazer um escrutínio do que está a acontecer porque, como sabe, existe falta de escrutínio em todos estes gastos na Função Pública. Infelizmente, também, sei que o nosso Concelho é um dos mais pobres e continua a ser e não vejo nada, tanto a nível nacional, como a nível local para reverter essa situação, mas a única coisa que eu gostava de saber era se é feito o escrutínio chegando a uma probabilidade, ou ir a uma, ou outra família perguntar se recebeu esta ajuda para se saber se o dinheiro que é nosso, mesmo que venha do Estado Central, é dos contribuintes, e perceber se está a ser bem aplicado, ou não porque podem haver famílias que não estão contentes com a situação, nem com a ajuda que estão a ter e estão referenciadas, assim, eu gostaria de saber se é feito um escrutínio para saber se as associações estão a fazer um bom trabalho.

Como disse, eu não conheço o trabalho do CRIVA ou da Rumo, já têm vindo aqui propostas para se atribuir fundos a estas Associações, mas a associação do CRIVA que, penso, que seja uma associação de reformados, por isso, questiono porque é que tem um valor maior que os outros e se a sua função é só ajudar reformados, ou se, também, ajuda jovens e outras situações.”

Sr. Presidente – Disse que «para quem acompanha, no local, o trabalho da associação CRIVA, percebe que ela versa sobre um conjunto de matérias muito mais vasta do que o próprio nome designa, vejamos, por exemplo, o Projeto Escolhas está no CRIVA e é um projeto que passou, recentemente, para a 9ª geração, por isso, faz um trabalho muito mais abrangente e muito mais vasto no que diz respeito a essa matéria.

Deixar claro outra situação, estas entidades com as quais protocolamos, estas e outras coisas como o apoio aos sem-abrigo que, neste caso, veio um artigo num Jornal, mas isso é a qualidade do jornalismo que temos, e há bom e mau jornalismo, é como em todas as profissões e áreas, depende da forma como se escreve, por exemplo, quando referem que a Câmara Municipal tem situações de pessoas sem-abrigo, depende do critério do que lá se escreve porque a Moita não tem mais sem-abrigo do que os outros Municípios aqui à volta, na realidade circulamos todos os dias na Moita e não encontramos aquelas trezentas e tal pessoas que referem na notícia, só se estiverem todas escondidas numa casa, ou num prédio e aí não seriam classificadas como sem-abrigo, mas sim, temos muitas pessoas, a morar em casas que não são suas, em situações de precariedade seja porque a casa lhes foi emprestada ou cedida temporariamente, casas que estão sobrelotadas, mas não são sem-abrigo, no entanto, o que aparece na notícia é que são pessoas em situação de sem-abrigo, por isso, foi uma notícia enganadora,

que engana quem lê, situação a que, também, já estamos habituados e, depois, fazemos um pedido de direito de resposta, que neste caso nem nos demos ao trabalho de o fazer porque podíamos ter feito, mas já o fizemos relativamente a outras matérias, neste caso, a uma revista, em particular, já o fizemos, várias vezes, depois sai a notícia que temos direito de resposta, mas, sobejamente, o impacto do nosso direito de resposta que vem repor a verdade porque se não o fizesse, a entidade podia se recusar a por o nosso direito de resposta porque, senão, responderíamos sobre tudo e sobre nada, é obrigada a por lá o nosso direito de resposta, ou seja, validando a nossa posição, mas não tem o mesmo impacto, não tem o mesmo grafismo, já não há o trabalho de grafismo que fazem quando é para denegrir a imagem de visado, mas este é o jornalismo que temos hoje em dia, bom e mau jornalismo, por isso, temos que saber conviver com isso, também, para isso existiu o 25 de Abril e cabe-nos a nós valorizarmos o bom jornalismo e sabermos saber separar o “trigo do joio”.”

Sr. Vereador António Carlos Pereira – Disse que “para esclarecer relativamente ao escrutínio, estas três associações que têm protocolo com o Município, têm sempre uma estrutura que é o Núcleo Local de Inserção e este Núcleo é constituído por diferentes entidades nas áreas de inserção, nomeadamente, nas áreas, da saúde, da educação, na comissão de proteção de crianças e jovens, as próprias IPSS tem representação, existe o serviço de emprego local, portanto, existem vários parceiros no Núcleo Local de Inserção que são avaliadores e que estão no escrutínio das propostas destes programas de inserção e do acompanhamento que é feito às famílias que estão na condição da proteção social para esta medida, sobretudo na medida de Rendimento Social de Inserção, portanto, semanalmente os casos são apresentados neste Núcleo, o Município, para além de ter estas três entidades a fazer o seu protocolo, tem uma coordenadora que está na validação das propostas auscultando os parceiros locais na área da educação, da saúde, do emprego, da qualificação e comissão de proteção, como disse, e elas, próprias, têm uma validação, todas as semanas, das propostas nos contratos e nos programas de inserção.

Esta medida é devidamente acompanhada, é uma medida que é uma prestação social pecuniária que vem por via da Segurança Social, ou seja, na prática o Município e estas equipas fazem o acompanhamento àquilo que são depois as negociações, é uma negociação este contrato de inserção naquilo que são os compromissos, quer da família, quer seja de cada indivíduo adulto, seja as crianças, seja noutras áreas de inserção e, portanto, há vários compromissos e os parceiros, nestas áreas, também, têm a sua responsabilidade, portanto, a esse nível, todas as semanas, neste Núcleo, existe esta avaliação naquilo que é a prestação dos apoios de carácter eventual, estes, também, são submetidos a uma validação, uma apreciação a uma fundamentação técnica.

Existem registos que são colocados numa plataforma nacional específica criada para este *interface* da ação social, parceiros, municípios, Segurança Social e os parceiros têm acesso a esta plataforma, para além daquilo que foi a transição destas duas entidades com quem nós continuamos a protocolar e demos continuidade, no caso da RUMO e do CRIVA, são entidades que têm estes protocolos desde 2007, portanto, desde outubro de 2007, há mais de 15 anos que eles fazem este trabalho e que nós, obviamente, na assunção da competência, a partir de 3 de abril de 2023, fizemos, também, na avaliação das decisões do executivo, juntamente com a sua equipa técnica, que foi dar continuidade aquilo que já vinha sendo estas mais valias e esta garantia destes parceiros de confiança com este *know how*, com este conhecimento nos territórios, no trabalho que têm feito de investimento nos seus territórios e nas famílias que acompanham, portanto, haveria esta possibilidade de dar continuidade e foi essa a nossa opção e essa decisão, também, favorecida pelas vontades destes dois parceiros. Para além destes dois parceiros, um terceiro, a Fundação Santa Rafaela, uma novidade que foi alargada a sua intervenção neste trabalho que já o fariam por vias de outras valências que teriam na sua área de intervenção geográfica, naturalmente, que as equipas são diferentes, o que tivemos foi um conjunto de recursos humanos que nos foram transferidos, houve um pacote financeiro, mas, sobretudo, esta questão que se colocava e que teríamos que tomar decisões, entre dizer, às entidades, que não iríamos

4

dar continuidade e teriam que encontrar solução para aquelas, cerca de trinta e cinco pessoas que ali estavam, entre técnicos e ajudantes de ação direta, ou no nosso caso, esta decisão de manter connosco neste protocolo e nesta parceria para a intervenção.

Existem equipas que pela sua composição tem mais técnicos, mais ajudantes de ação direta, fazem uma intervenção mais direcionada e com um conjunto mais alargado de número de casos em acompanhamento social, portanto, não é idêntico para as três entidades e por isso existirem as diferenças no financiamento e nos valores apresentados nessa condição, portanto, têm a sua diferença, a área geográfica é diferente, as equipas têm a sua composição e é nesse quadro que está apresentado em anexo, ou seja, temos cerca de mil famílias em acompanhamento, em Rendimento Social de Inserção, destas cento e oitenta são acompanhadas pela Fundação Sata Rafaela Maria, no caso da Rumo são trezentas e cinquenta e no caso do CRIVA mais famílias, portanto, neste quadro até chegar ao número que apresentei há valores que, naturalmente, serão diferentes.

Este escrutínio não era feito desta forma no passado e passou a ser agora que é a apresentação, quase que o prestar contas do acompanhamento em sede de rede social, por isso, já em outubro deste ano foi apresentado o trabalho que é desenvolvido, que é feito por estes parceiros para a rede social, num conjunto de mais de cinquenta entidades que são aderentes e são, também, ali colocadas, portanto, este trabalho que é feito e que não se resume apenas a estas três entidades, todas as outras que fazem parte do Núcleo Local de Inserção, mas para além de todos os recursos do Concelho, todos os parceiros locais têm aqui contibutos nas áreas, sobretudo, do terceiro setor, da solidariedade, mas muitas outras, como os Agrupamentos de Escolas, os Centros de Saúde, as Unidades de Saúde Comunitárias, portanto, há vários parceiros que têm compromissos e, também, estão connosco na concretização destes programas e na autonomização, porque esse é o grande objetivo da medida do Rendimento Social de Inserção, de forma progressiva, de forma sustentável para que as pessoas possam, durante a necessidade que tiveram, nas circunstâncias mais variadas da sua vida, no desemprego, no divórcio, na doença terem aqui meios de proteção e, por isso, estamos confiantes e acreditamos nestes três parceiros que têm este trabalho que é validado e que vai ser apresentado, no próximo dia 5 de fevereiro, no Núcleo Local de Inserção, relativamente aquilo que é a execução, os relatórios de progresso semestral, aquilo que é o trabalho desenvolvido, o número de processos em acompanhamento, a intervenção em si, por cada um destes parceiros, portanto, há esses escrutínio, como há em todas as outras medidas e apoios como é a doença, o desemprego, como são outras medidas de carácter pecuniário, por isso, esta não será diferente, tem a sua validação e é nesse contexto que apresentamos esta proposta de manter e dar continuidade aos protocolos por mais seis meses, também, para nos podermos atualizar em termos de alguns ajustes porque este processo de descentralização é um processo dinâmico, não é estanque e também tem ajustes, os processos nem sempre são os mesmos, os do ano passado podem ser, mais ou menos, para este ano e portanto há alguns ajustes com os Ministérios, com os Serviços Centrais que, também, vão ajustando com as necessidades e as potencialidades do próprio território, portanto, é nesse quadro que trazemos esta proposta e que a mesma é colocada à consideração da Câmara."

Sr. Presidente – Disse que "queria deixar claro uma questão e não querendo substituir a intervenção do Sr. Vereador António Pereira, ou seja, os protocolos são públicos e vêm associados à própria proposta, portanto, os protocolos que se propõem assinar com estas entidades, e acredito que os mesmos seguem em linha do que já foi feito no passado, portanto, referem na sua Cláusula VII - "Obrigações Gerais da Entidade Parceira" e vou passar a ler algumas das alíneas para deixar claro quais são as obrigações."

Após a leitura referida o Sr. Presidente acrescentou que "estas são algumas das Obrigações Gerais que se encontram escritas no protocolo com as entidades parceiras, também, são referidos os recursos humanos e outras informações, ou seja, já traduz a informação que é pública e que pode ser solicitada e consultada, claro que os processos estão para consulta das entidades parceiras, mas ninguém vai

solicitar ao Município, para consulta nem aparece discriminado, quais são as famílias ou as pessoas que são apoiadas no âmbito desta resposta social, mas em termos numéricos podem ser consultados e verificados pelas entidades correspondentes, a documentação está toda disponível e são feitos relatórios relativamente a estas atividades, relatórios esses que se considerarem necessários, poderá ser dado conhecimento aos demais vereadores para terem o conhecimento da realidade numérica e estatística daquilo que vai acontecendo, por isso, o trabalho é feito de forma transparente, é um trabalho de continuidade que estas entidades vinham fazendo, à exceção da Fundação Sta. Rafaela Maria que por estar a iniciar agora tem um número de processos que não se comparam com as outras que já estavam instaladas e faziam o acompanhamento muito mais vasto, mas quisemos alargar a resposta que passou por esta entidade, que poderia ter passado por outra entidade a quem o Município reconhecesse igual capacidade, mas vamos todos trabalhar para dar resposta.

Entretanto, quer dizer que sim, o Município da Moita tem diversas carências que já estavam referenciadas aquando da nossa tomada de posse, carências que já estavam, há muito tempo, assinaladas e foram assinaladas ao longo do tempo, só que tem sido feito um trabalho, algum visível, outro que não é visível, com todas as entidades, com todo o setor empresarial de irmos, se necessário, às empresas do Concelho fazer um contacto, de proximidade, no quadro daquilo que são as nossas competências de darmos as respostas às empresas, para que aquelas que já estão no Concelho, e que queiram crescer, tenham garantias que o Município e os seus serviços darão uma resposta atempada, naquilo que é a equidade e às questões que nos coloquem para que possam continuar a desenvolver a sua atividade, quanto às entidades que querem iniciar o investimento no Concelho da Moita, também, fazemos esse mesmo acompanhamento, portanto, fazemo-lo a todos e a qualquer investidor que queira vir para o Concelho, recebemos todas as entidades e se pugnamos para que os cidadãos sejam bem atendidos, também o fazemos para que as empresas se sintam aqui bem e se houver alguma dúvida ou alguma questão estaremos sempre disponíveis para responder e é esse trabalho que permite que algumas empresas que, se calhar, estariam a pensar em deslocarem-se para outros sítios, aqui permaneçam, aqui fiquem e aqui continuem a criar postos de trabalho e outras que passem a vir para cá.

Continuamos a trabalhar na resolução de algumas questões que são necessárias resolver, mas que não são de agora, já vinham de trás, não são novidade e é o trabalho normal de uma Câmara Municipal, mas que estamos a apostar, nesta área, de forma diferente para fixar essas e outras empresas, por isso, há trabalho a ser feito, acredito que possa ser visível em breve, só que, como em tudo, dá trabalho e nós gostaríamos que fosse, todo ele, feito de forma mais rápida mas é essa a natureza da nossa atividade e dá trabalho porque existe um conjunto alargado de legislação, legislação essa que temos que dar resposta a bem da idoneidade, da transparência e nós fazemos por cumprir, seria muito mais fácil fazê-lo de outra forma, mas nós escolhemos o caminho mais longo, mas é o caminho que cumpre tudo."

Sr. Vereador Ivo Pedaço – Disse que" para finalizar, não fiquei esclarecido, questioneei apenas o escrutínio e ninguém me diz nada. Se me puderem enviar os relatórios das associações agradecia."

Sra. Vereadora Sara Silva – Disse que "queria fazer uma avaliação em relação àquilo que o Sr. Vereador Ivo Pedaço colocou, dizer que, na realidade, estas são as três entidades em que acreditamos para fazer este trabalho na área social e por isso elas estão aqui como parceiras.

Dizer, também, que levantou dúvidas à atuação do CRIVA sendo um Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira tal como o Sr. Vereador Ivo Pedaço referiu, mas creio que a atuação e o trabalho que o CRIVA faz vai muito para além daquilo que é a verdadeira acessão da palavra «Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira» e se dúvidas houvesse, eles trabalham não só na área dos idosos, mas, também, com os jovens e crianças e, acima de tudo, com famílias e digo isto porque consultando a página do CRIVA vemos lá as várias valências e o árduo trabalho que eles fazem naquela zona e naquele

território e de facto é um trabalho que merece o reconhecimento pelo empenho com que aquela equipa o executa e, portanto, ia só dizer, muito rapidamente, que têm três valências, pelo menos, que aparecem na página, que são, o serviço domiciliário onde tem, por exemplo, cuidados de higiene, refeições ao domicílio, higiene habitacional, tratamento de roupa, atividades de tempos livres, serviço de compra, serviço de enfermagem e por aí adiante. Depois têm, também, o Centro de Dia que fornece alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupas, animação, aconselhamento e acompanhamento às consultas e transporte, para além da enfermagem e, para além disso tudo, tem, também, programas alimentares onde têm protocolos e parcerias com a Segurança Social, o Banco Alimentar Contra a Fome, a Escola José Afonso, em que cada um destes parceiros contribuem com técnicos, cozinheiros, auxiliares e voluntários para apoio diário da alimentação a trezentas pessoas, em situação de carência económica, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, portanto, se dúvidas houvessem, o trabalho que eles têm feito no terreno e reconhecido podemos afirmar que é um parceiro com algum relevo e um parceiro importante nesta nossa atuação na área social.”

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por maioria com quatro votos a favor do PS e quatro abstenções, sendo três da CDU e uma do Vereador Independente.

Foram apresentadas Declarações de Voto, pela Sra. Vereadora Vivina Nunes, em nome dos eleitos da CDU e pelo Sr. Vereador António Pereira, em nome dos eleitos do PS que abaixo se transcrevem.

#### Declaração de Voto - CDU

“Os Vereadores da CDU abstiveram-se nesta proposta tendo em conta a sua posição em relação à transferência de competências, nesta área, para os municípios, consideramos que esta é uma área, e a que está no enfoco destes protocolos, é uma área que deveria continuar sobre a responsabilidade da Segurança Social já, anteriormente, era acompanhada pela Câmara Municipal, e bem, mas que a sua responsabilidade deveria permanecer na Segurança Social, ainda assim, face a esta nossa discordância consideramos que o trabalho já estava descentralizado, no que diz respeito à Segurança Social, nas associações e no que diz respeito às associações queremos aqui colocar e dizer que nada temos a obstar e acreditamos no trabalho destas três instituições que conhecemos bem a sua abrangência e o trabalho efetuado no terreno e aquilo que vou colocar, agora, não tem nada a ver sobre as questões das Instituições e do trabalho que estão a fazer, mas consideramos, também, que nos devem ser facilitados os relatórios relativamente, quer às comissões de acompanhamento da descentralização que ainda não foi nenhum entregue, nem sequer o da educação e, também, os relatórios face aquilo que foi o fim deste protocolo, antes da sua continuidade para podermos perceber, e ao contrário do que foi aqui dito até, para podermos perceber se os valores chegam porque estamos em crer que estes valores não são exagerados, antes pelo contrário e portanto, gostaríamos, também, de ter, para melhor avaliar uma proposta, toda esta documentação, os relatórios do acompanhamento da descentralização e os relatórios das instituições face ao trabalho efetuado. De qualquer maneira, dizer aqui, e embora seja uma declaração de voto, deixar aqui expresso a nossa total confiança no trabalho que estas instituições fazem, no terreno, em qualquer área da sua atuação, aliás, elas estão a funcionar dentro do seu campo de abrangência e daquilo que são as suas competências em termos de associação.”

#### Declaração de Voto - PS

“A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta considerando a importância que a mesma tem naquilo que é a transferência na delegação das competências como base para a mudança do estado. Esta vem dar primazia à importância de que é a proximidade aos cidadãos, aquilo

que são as associações locais, mas, também, salvaguardar aquilo que é a autonomia do poder local. Esta coesão territorial, garantir o acesso, bem como a igualdade ao serviço público, melhor serviço público.

A natureza da descentralização não pretende o afastamento do Estado, do seu papel constitucionalmente consagrado, mas sim que se desenvolvam mecanismos de cooperação conjunta entre a administração central e local, nomeadamente, no que concerne ao planeamento e ao investimento inerentes às políticas locais e às políticas públicas locais.

A Bancada do Partido Socialista realça, aqui, neste voto a importância da descentralização ao nível da sua ação social, aquele que é o trabalho e intervenção social no território porque respeita os critérios de racionalidade, da boa gestão, da eficiência, da eficácia e a transferência destas competências para os Órgãos que estão mais próximos dos cidadãos, que são mais conhecedores daquilo que são as necessidades e as capacidades das pessoas, dos seus problemas, das suas necessidades e é por essa razão que votámos favoravelmente esta proposta, confiando naquilo que são as três associações locais, muitas delas com mais de quarenta anos de intervenção nos territórios, em áreas de intervenção alargada que vão desde as crianças, aos idosos, às famílias, às pessoas portadoras de insuficiência ou incapacidade, portanto, são na confiança destes parceiros locais, que fazem parte da rede social local, tanto que depositamos esta confiança e com quem vamos fazer e continuar este trabalho para o futuro."

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezoito horas e trinta e cinco minutos. E eu, Paula Graça, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente registadas em formato digital (MP3), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



A COORDENADORA TÉCNICA

